

Universidade Federal de São Carlos *campus* Sorocaba
Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade
Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Priscila Gomes Pereira de Albuquerque

**IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO
EM ÀREAS URBANAS DE OCUPAÇÃO**

Sorocaba

2021

Priscila Gomes Pereira de Albuquerque

Pesquisa apresentada à Universidade Federal de São Carlos – SP para obtenção o título de Mestre em Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Área de concentração: Sustentabilidade, Ambiente e Sociedade

Linha de pesquisa: Conflitos Socioambientais

Orientador: Prof. Dr. André Cordeiro Alves dos Santos

Sorocaba

2021

Albuquerque, Priscila Gomes Pereira de

Implantação da infraestrutura de saneamento básico em áreas urbanas de ocupação / Priscila Gomes Pereira de Albuquerque -- 2021.

88f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): André Cordeiro Alves dos Santos

Banca Examinadora: Olegna de Souza Guedes, Mariana

Faiad Batista Alves

Bibliografia

1. Saneamento Básico; Direito à Cidade; Urbanização. I. Albuquerque, Priscila Gomes Pereira de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -
CRB/8 6979



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências e Tecnologias Para a Sustentabilidade
Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Priscila Gomes Pereira de Albuquerque, realizada em 27/08/2021.

Assinado de forma digital por
André Cordeiro Alves dos Santos
DN: cn=André Cordeiro Alves dos
Santos, o=Brasil, ou=Universidade
Federal de São Carlos, ou=Centro de Ciências
Humanas e Biológicas,
email=andrea@ufscar.br, ou=UFSCar
Data: 2021.08.27 11:03:49 -0300

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. André Cordeiro Alves dos Santos (UFSCar)

Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes (UEL)

Profa. Dra. Mariana Faia Batista Alves (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos moradores do Jardim Ipiranga, protagonistas desta pesquisa, que permitiram através de sua história a concretização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador André pelo aprendizado, respeito e principalmente pela disposição em estar presente neste difícil caminho da construção do conhecimento através da intersetorialidade.

Agradeço minha irmã Mônica pela paciência na contribuição em todos os detalhes normativos da ABNT.

Por fim agradeço aos funcionários do CRAS Ipiranga pelo apoio e esforço em transformar os momentos de tensão em leveza, com destaque à coordenadora Ângela Patrícia pela flexibilidade e à companheira de profissão Juliana que me acompanha em minhas reflexões e viagens mentais, com nexos ou sem sentido aparente algum, mas sempre muito valiosas pra mim.

RESUMO

Albuquerque, Priscila Gomes Pereira de. Implantação da infraestrutura de saneamento básico em áreas urbanas de ocupação. 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade na Gestão Ambiental). Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2021.

O presente trabalho foi realizado com os moradores do Jardim Ipiranga, bairro localizado no município de Sorocaba, o qual teve sua urbanização através da ocupação de uma área onde se localizava uma fazenda. Em sentido amplo teve como objetivo conhecer e analisar o processo de implantação da infraestrutura de saneamento básico, com foco na distribuição de água e na coleta e tratamento de esgoto no contexto da luta pelo direito à cidade. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem de natureza qualitativa, através de um estudo de caso e utilizou a técnica de entrevista, que se deu após a aprovação do comitê de ética da UFSCar. Este estudo demonstrou que o processo de urbanização do bairro foi concretizado em uma conjuntura de lutas por direitos, por meio do trabalho braçal dos habitantes carentes de moradia, que realizaram a tarefa de desmatamento, autoconstrução e abertura de ruas para a instalação das tubulações de saneamento básico. Concluiu-se ainda que a urbanização da área contou com a participação não institucional e velada do poder público e que o processo de implantação da infraestrutura de saneamento básico se deu em duas etapas, até a inteira conclusão desta implantação os moradores se utilizaram de estratégias diversas para acesso a água e escoamento do esgoto.

Palavras chave: Saneamento básico, direito à cidade, urbanização.

ABSTRACT

Albuquerque, Priscila Gomes Pereira de. Implementation of basic sanitation infrastructure in occupied urban areas. 2021. 88f. Dissertation (Master in Sustainability in Environmental Management) - Federal University of São Carlos, Sorocaba campus, Sorocaba, 2021.

The present work was carried out with the residents of Jardim Ipiranga, a district located in the city of Sorocaba, which had its urbanization through the occupation of an area where a farm was located. Broadly aimed to understand and analyze the process of implementing the basic sanitation infrastructure, focusing on water distribution and sewage collection and treatment in the context of the struggle for the right to the city. The research was characterized by a qualitative approach, through a case study and used the interview technique, which took place after approval by the UFSCar ethics committee. This study demonstrated that the urbanization process was implemented in a context of struggles for rights, through the manual labor of the poor inhabitants, who carried out the task of deforestation, self-construction and opening of streets for the installation of sanitation pipes. It was also concluded that the urbanization of the area had the no-institutional and veiled participation of the government and that the process of implementing the basic sanitation infrastructure took place in two stages, until the entire completion of this implementation, the residents used different strategies for access to water and sewage drainage.

Keywords: Basic sanitation, right to the city, urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2- Limites Municipais de Sorocaba	33
Figura 3 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI 10 – Sorocaba Médio Tietê.....	36
Figura 4 - Distribuição da renda per capita das famílias do Jardim Ipiranga (Sorocaba, SP) constantes no Cadastro Único em novembro de 2019	41
Figura 5 - Condição de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto das famílias do Jardim Ipiranga (Sorocaba, SP) constantes no Cadastro Único em maio de 2020 .	43
Figura 6 - Inauguração dos Equipamentos Públicos que atendem os moradores do Jardim Ipiranga em ordem cronológica.....	45

LISTA DE IMAGENS DE SATÉLITE

Imagem 1 - Localização do Bairro Jardim Ipiranga em relação ao município de Sorocaba	38
Imagem 2 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga.....	39
Imagem 3 - Localização aproximada da área chamada Jardim Abatiá	40
Imagem 4 - Afluente do Rio Itanguá – Área de Preservação Permanente (APP)	40
Imagem 5 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 1984	48
Imagem 6 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 1990	49
Imagem 7 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 2002	49

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Crianças moradoras do bairro em uma das árvores derrubadas para a urbanização	57
Foto 2 - Casal de moradores do Jardim Ipiranga, do lado esquerdo da foto a imagem do tambor.....	69
Foto 3 - Registro fotográfico da abertura das ruas para implantação da tubulação.....	75
Foto 4 - Registro fotográfico da abertura das ruas para implantação da tubulação.....	76
Foto 5 - Registro das crianças e adolescentes brincando com a água da mina.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	17
SANEAMENTO BÁSICO E O DIREITO À CIDADE	17
1.1 As contradições do Direito à Cidade	17
1.2 Saneamento Básico: Direito ou mercadoria?.....	22
1.3 As lutas pelo espaço	27
CAPÍTULO 2	33
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA.....	33
2.1 Caracterização do Município de Sorocaba: dados econômicos, sociais e recursos hídricos	33
2.2 Caracterização do Jardim Ipiranga: dados econômicos, sociais e recursos hídricos	37
2.3 Questões importantes sobre o processo de urbanização do Jardim Ipiranga.....	46
CAPÍTULO 3	51
METODOLOGIA DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	51
3.1 Considerações metodológicas.....	51
3.2 Apresentação dos sujeitos.....	53
3.3 Análise e interpretação dos dados	55
3.3.1 Ocupação do bairro.....	55
3.3.2 Estratégias para acesso à água e escoamento de esgoto	64
3.3.3 Participação nas lutas populares e implantação da infraestrutura de saneamento básico	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	82
ANEXOS	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é de uma assistente social apaixonada pelo ambiente onde se constrói a vida dos seres humanos e por tudo mais a que palavra ambiente pode representar. A paixão veio muito cedo, quando ainda criança, acompanhava o pai aos domingos de manhã às casas de clientes, onde ele fazia orçamentos para reformas de sofá. Enquanto o pai fazia contas em um caderno e os clientes escolhiam tecidos nos mostruários, ela, com uma boneca na mão, observava tudo ao entorno: as cores das paredes, os revestimentos dos pisos, os móveis que seu campo de visão alcançavam, a iluminação que entrava pelas janelas. No caminho, observava também os bairros, a largura das ruas, a arborização, as calçadas, as fachadas das casas.

Foi contemplando tudo o que seus olhinhos conseguiam ver que ela observava as diferenças, a distância entre as múltiplas realidades que ela podia conhecer. Naquele momento, ela se apaixonava por cores, por acabamentos, por ruas arborizadas e percebia o quanto um ambiente podia fazer diferença na vida de uma pessoa. Também foram naquelas preciosas manhãs de domingo junto ao pai, que lhe surgiu uma dúvida: “- Por que as realidades eram tão diferentes?”, ela questionava a si mesma. Havia alguma coisa que parecia não lhe fazer sentido e precisava de uma explicação.

Na adolescência ela já não acompanhava o pai nos dias de domingo. Mas, por muitas vezes, era obrigada a estar com ele em um orçamento quando ele lhe dizia: “- Eu preciso ir filha e está no caminho”. Mas a menina, agora garota, não descia mais do carro. Neste período, ela precisava fazer o serviço bancário da tapeçaria e receber os clientes enquanto o pai almoçava. E foi neste local, entre boletos, revistas de decoração e tecidos, que ela vivia o maior dilema da sua vida. Maior e talvez nunca totalmente resolvido: a escolha entre a paixão pelas cores e acabamentos e a vontade de saber mais sobre as diferentes realidades que pôde observar em seus dezessete anos vida.

Após algumas pesquisas de vestibulares, concorrências e aptidões, uma de suas irmãs lhe apresentou uma grade curricular do curso de Serviço Social. Aquilo parecia ser uma luz a clarear o seu dilema. Ela sentia que aquelas disciplinas trariam as respostas que tanto buscava. Alguns vestibulares depois, seu nome estava lá, escrito na lista de aprovados.

A universidade era em outra cidade, outro ambiente maior, mais frio, e, mesmo com tantas diferenças entre este novo ambiente e o que ela até então vivia, a jovem, encorajada pelo amor na descoberta de novos lugares, decidiu ir. Conforme o esperado, as disciplinas realmente respondiam as indagações que buscava e já no segundo ano do curso ela conseguiu

um estágio na prefeitura do município. Nesta atividade, sua função seria auxiliar a assistente social que trabalhava no bairro de nome João Turquino. E foi pisando na terra e no esgoto a céu aberto daquele bairro sem asfalto, que ela conhecia as expressões da violência de perto e percebia que a realidade poderia ser mais discrepante e ainda mais impactante do que poderia imaginar.

Nesta cidade, em seu quarto de república, ela pintou a parede de azul texturizado e fez um céu. No chão, colocou flores coloridas e fez um jardim. Assim, construiu um ambiente só para ela, onde podia fechar a porta e sonhar que nada existia fora dali.

Depois da graduação e de alguns concursos e mudanças de ambiente, ela escolheu a cidade em que iria trabalhar. Desde o dia da prova de concurso, havia gostado do que via naquele novo lugar. Ela, que agora havia se tornado uma mulher adulta, aos vinte e quatro anos de idade, sentia-se novamente com o mesmo olhar curioso daquela criança que acompanhava seu pai nas manhãs de domingo. Ela visualizava um lugar claro, uma cidade bonita, com avenidas largas onde finalmente escolheria estar. Porém, ao contrário do esperado, desde os primeiros dias, tal lugar não se mostrou ser um ambiente tão acolhedor e nada fora muito fácil a partir dali.

Dentre as muitas dificuldades que enfrentou neste emprego, recorda-se de seus primeiros atendidos que estavam muito bravos porque haviam acabado de se mudar de ambiente através de um processo municipal de remoção. A prefeitura daquele município abriria uma avenida justamente onde estavam localizadas as suas casas. Neste processo, alguns moradores puderam permanecer no bairro e outros foram desapropriados pois residiam justamente onde passaria a nova avenida. Eles vinham de um lugar chamado Jardim Ipiranga e, pelos relatos dos moradores, este era um ambiente muito agradável.

Então, com o passar do tempo repleto de esforço e trabalho, nesta cidade ela também construiu um ambiente só para ela e finalmente conquistava a sua própria morada. Um lar que tinha a altura de céu e cor de nuvem onde ela convivia também com uma “nuvenzinha branca saltitante” que com seus latidos, espantava os passarinhos que se aproximavam. Um ambiente onde ela também podia fechar a porta e esquecer das duras realidades que cotidianamente enfrentava fora dali.

E não é que este local era próximo ao tal ambiente muito agradável chamado Jardim Ipiranga? Ela recorda-se como se fosse ontem do momento em que fora transferida para aquele equipamento de trabalho. Foi em uma sexta-feira chuvosa e lá estava ela quando foi chamada em uma sala fria, um ambiente hostil onde recebeu nas mãos uma lista de locais em

que se precisava de um assistente social. Nesta lista estava o serviço do Centro de Referência de Assistência Social do Jardim Ipiranga e ela logo pensou: “- Ufa!!”. Naquele momento, sem sequer olhar as outras opções descritas no papel, o Jardim Ipiranga foi o seu local escolhido. Ela acreditava que nada poderia dar errado a partir dali pois todos gostavam e era perto de seu “lar nuvem”.

Porém, mais uma vez, a realidade foi mais discrepante e ainda mais impactante do que ela poderia imaginar. Aquela pessoa apaixonada por ambientes se decepcionava novamente. Com seu olhar observador, aquele que ela carregava desde as manhãs de domingos de orçamentos com pai, podia perceber que o processo de construção do bairro ainda deixava marcas que o diferenciavam, e muito, dos bairros vizinhos.

Por muitas vezes em sua rotina diária de trabalho, encontrava-se com um ambiente triste, onde ouvia atenta aos relatos emocionantes de alguns moradores, que lhe diziam: “- Eu morava lá embaixo, na beira do rio e quando chovia minha casa enchia de ratos...”; “- Eu moro aqui desde que a gente buscava água na bica...”; “Tudo aqui era pomar e agora, só sobrou esses pés de manga aí..”. E tinham até os que lhe contavam histórias de um passado muito sofrido : “- Eu moro aqui desde que isso tudo era um esgoto só...”.

Perante estes relatos, ela percebia mais do que nunca que este ambiente foi conquistado por meio de muita luta pelo direito à moradia a por condições de saneamento necessárias ao direito à vida. Descobria que naquele bairro, toda natureza intacta fora desbravada na luta pela moradia. As indagações e sentimentos de decepção, destruição, construção e conquistas se misturavam em sua cabeça e entre tantos conflitos, ela pode despertar para um ponto crucial desta descoberta: a tal avenida de onde aqueles primeiros atendidos haviam sido removidos, para sua decepção, havia sido aberta justamente para a construção do bairro onde estava localizado o seu refúgio em forma de nuvem.

Neste momento, ela pode ampliar sua concepção de ambiente. Os conceitos de urbanização e meio ambiente pareciam ter ligação com a forma de organização social. De repente, a teoria que ela havia buscado na universidade dava conta de lhe explicar o mecanismo de tantas desigualdades e fazer pessoas viverem em ambientes tão diferentes, parecia explicar também outra questão muito importante. Ela havia despertado de que tal mecanismo podia também fazer com que todos os seres vivos, indistintamente, ficassem sem ambiente para sobreviver, porém, ao mesmo tempo há espaço para lutas políticas que tencionam as medidas necessárias para enfrentamento deste mecanismo.

Foi então que ela se aventurou em um novo tipo de ambiente: o de continuar seus estudos e aprofundar seus conhecimentos através de uma linha de pesquisa chamada conflitos socioambientais. E assim como aquela pequena menina abraçava seu pai em belas manhãs de domingos de aprendizado, agora, a assistente social abraçaria um mestrado desafiador, um lugar que além de lhe trazer novas respostas, fizesse - lhe crescer e poder cultivar ainda mais a sua paixão pelo meio ambiente.

Discutir saneamento básico implica um olhar atento sobre o meio ambiente e a gestão dos recursos hídricos, sobre a saúde coletiva e sobre habitação, em especial à lógica de urbanização adotada pela sociedade humana. As ações de saneamento básico estão relacionadas à manutenção de toda a rede de abastecimento de água potável, coleta e destinação de resíduos sólidos, líquidos e de esgoto, prevenindo a contaminação da água por todo tipo de efluente.

As intervenções no campo do saneamento se fazem necessárias, pois “as modificações ambientais decorrentes do processo antrópico de ocupação dos espaços e de urbanização, que ocorrem em escala global, especialmente as que vêm acontecendo desde os séculos XIX e XX, impõem taxas incompatíveis com a capacidade de suporte dos ecossistemas naturais” (Philippi e Malheiros, 2005, p.3).

Ecossistemas, em conformidade com definição de Odum (1988) são unidades funcionais formadas por um conjunto de fatores bióticos e abióticos que se relacionam e interagem de forma a proporcionar a formação de um fluxo de energia e a ciclagem de materiais entre as partes vivas e não vivas. Philippi e Malheiros (2005) descrevem três tipos de ecossistemas e suas atividades antrópicas: primitivo, rural e urbano.

Nos ecossistemas primitivos, o conjunto de atividades antrópicas exerce pouca ou nenhuma alteração nas peculiaridades naturais do ecossistema, a depender de suas características bióticas e abióticas, como tipo de solo e subsolo, chuva, radiação solar, ventos, arranjo da cadeia trófica, existência de espécies endêmicas, entre outros, que conferem maior ou menor grau de fragilidade ao ecossistema.

Já em um ecossistema rural, as atividades agropecuárias causam mudanças importantes no ambiente primitivo. Este é caracterizado pela produção de alimentos para a demanda local e urbana; importação de energia na forma de fertilizantes, utilização de combustível para bombeamento de água para irrigação, transporte de insumos para área de

produção e dos produtos para consumo; importação de espécies vegetais e animais e retirada da vegetação primitiva para implantação das áreas de agricultura ou de pastagem.

Por fim, nos ecossistemas urbanos as alterações são bastante significativas, suas características são: alta densidade demográfica; maior ambiente construído que ambiente natural; importação de energia e matéria para manter o funcionamento do ambiente; elevado volume de resíduos; alteração da diversidade biológica nativa (com retirada de florestas e importação de espécies animais e vegetais); desbalanceamento dos principais ciclos biogeoquímicos (como o ciclo da água, do carbono e do fósforo); impermeabilização do solo e alteração de cursos d'água.

Devido às alterações ambientais dos ecossistemas urbanos, estes apresentam pouco ou nenhum suporte natural para absorção da atividade antrópica. Este fato torna o saneamento básico imprescindível para evitar o esgotamento dos recursos naturais, principalmente os recursos hídricos, bem como a proliferação de doenças, sobretudo as de veiculação hídrica.

Porém, a cobertura dos serviços de saneamento básico ainda não abrange a totalidade da população. Dados compartilhados pelo Instituto Trata Brasil, do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano de 2018, apontam que no país quase 35 milhões de pessoas ainda não possuem acesso à água tratada (Instituto Trata Brasil, 2020a) e mais de 100 milhões não têm acesso aos serviços de coleta de esgoto (Instituto Trata Brasil, 2020b).

Para melhor compreensão dos motivos acerca da insuficiência de cobertura do saneamento básico, além de entender o espaço urbano enquanto ecossistema incapaz de absorver naturalmente a atividade antrópica, é importante o aprofundamento sobre a organização deste espaço como palco onde se expressam as disputas e contradições inerentes ao sistema capitalista de produção.

Deste modo, o objeto dessa pesquisa é o saneamento básico no contexto da luta pelo direito à cidade. Conforme expõe Harvey (2012, p. 74) “A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos.” Assim, pesquisa buscou analisar, ao longo da história, como se deu o processo de implantação da infraestrutura de saneamento básico, com foco no abastecimento de água e coleta de esgoto, em bairros que se iniciaram através de ocupação popular.

Para tanto, foi utilizado como modelo para análise sócio ambiental um bairro do município de Sorocaba – SP, o Jardim Ipiranga. A escolha do bairro é justificada pelo fato de sua ocupação ter sido efetivada sem infraestrutura urbana alguma inclusive de saneamento

básico, em um processo de urbanização desordenada, semelhante ao ocorrido em períodos históricos anteriores no Brasil e que surpreendentemente ainda ocorrem na década de 1990, em uma região colada à maior metrópole do país (São Paulo).

A regularização da área foi alcançada posteriormente através de legislação específica que a definiu como uma Zona de Interesse Social (ZIS) e permitiu sua posterior contemplação na legislação de regularização fundiária, a qual por meio de um conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, flexibilizou as normas de parcelamento do solo urbano.

A pesquisa foi construída de forma a responder os seguintes objetivos: identificar aspectos do processo de ocupação que deu origem ao bairro Jardim Ipiranga; apresentar dados que evidenciem a mensuração do tempo aproximado em que houve habitação sem infraestrutura de saneamento básico e compreender as correlações de forças políticas e de lutas populares levaram à implantação deste serviço público fundamental para a vida urbana.

Para tanto foi utilizada a metodologia de pesquisa de natureza qualitativa com fundamentação metodológica em Gil (2008). Após a aprovação pelo comitê de ética da UFSCar foram entrevistados seis moradores do Jardim Ipiranga que participaram do processo de ocupação do bairro e ainda residem no local, três deles fizeram parte da associação de moradores e três não tiveram participação no movimento. Os sujeitos foram indicados pelos próprios moradores do bairro.

O trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro capítulo abordou inicialmente o levantamento teórico sobre o Direito à Cidade tendo como eixo central a definição de Henry Lefebvre, posteriormente os serviços de saneamento básico foram questionados acerca de da contradição entre direito e mercadoria e por fim foi discutida a tensão envolta nas lutas sociais pelo direito ao espaço.

Em seguida foi realizada a caracterização do município de Sorocaba e a inserção do Jardim Ipiranga neste município, com foco nos dados econômicos, sociais e recursos hídricos. No mesmo capítulo estão levantadas questões determinantes no processo de urbanização do bairro, que refletem em sua estrutura até os dias atuais.

O terceiro e último capítulo tratou dos caminhos da pesquisa empírica, com a exposição da metodologia de forma detalhada, uma breve apresentação dos entrevistados e posterior interpretação dos dados obtidos nas entrevistas, compreendidos conforme fundamentação teórica adotada.

Ao término foram apresentadas as considerações finais, buscando identificar as questões abordadas no decorrer do estudo, permitidas pela sistematização dos dados e sua relação com o referencial teórico. Nota-se ainda que as epígrafes estão compostas por partes das falas dos sujeitos que protagonizaram a pesquisa, que não tiveram seus nomes revelados para que suas identidades sejam preservadas.

CAPÍTULO 1

SANEAMENTO BÁSICO E O DIREITO À CIDADE

“Cada vez que a máquina vinha cortava tudo os conduíte e a gente tinha que comprar tudo de novo, ás vezes eu chegava do serviço lá pra umas cinco ou seis horas não tinha água porque a máquina passava, a gente não sabia que dia a máquina ia passar” (Entrevistada 5)

1.1 As contradições do Direito à Cidade

Henry Lefebvre (2001) ao discorrer sobre o Direito à Cidade, termo originalmente definido pelo autor ao analisar o espaço urbano como produto do modo de produção capitalista, considera o processo de industrialização como ponto de partida para apresentar e expor a problemática urbana atual.

Na década de 1850, Georges-Eugène Haussman, a pedido de Napoleão Bonaparte, orquestrou a transformação da infraestrutura urbana da cidade de Paris. Ao investigar este fenômeno, Henry Lefebvre concluiu que, como em qualquer outro setor dentro do sistema capitalista, na cidade e na realidade urbana o valor de troca e a generalização da mercadoria ocasionados pela industrialização tendem a ocultar o valor de uso. Para o autor, embora a realidade urbana dependa mais do valor de uso, o valor troca prevalece a ponto de quase suprimi-lo:

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos: entre valor de uso e valor de troca, entre mobilização da riqueza (em dinheiro e em papel) e o investimento improdutivo da cidade, entre acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as exigências de uma organização severa desse território em torno da classe dominadora. (LEFEBVRE, 2001, p.14).

Conforme Carlos (2017) o movimento de produção e reprodução social tornou o espaço urbano uma arena onde ocorre o conflito agudo e violento entre valor de uso, onde a vida urbana se realiza através do uso dos espaços, e valor de troca, fonte de realização de lucro. O processo de reprodução social da cidade é definido pelos limites da propriedade privada da riqueza socialmente produzida, que permeia a vida social e impõe ao uso dos espaços toda a lógica de reprodução do capital. A partir deste movimento o capitalismo se

materializa através da concentração da propriedade privada da riqueza, assentada na divisão da sociedade em classes sociais.

No artigo *O Direito à Cidade*, David Harvey (2012) afirma que a urbanização concentrou social e geograficamente nas cidades o produto excedente e por esta razão é um fenômeno de classe, pois o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, porém o controle sobre a sua distribuição e usufruto está nas mãos da classe dominante. O autor argumenta que as cidades como conhecemos hoje emergiram a partir da necessidade do capitalismo em dar vazão ao produto excedente para a produção da mais valia. Destaca-se que o sistema capitalista de produção tem como característica a contínua necessidade de expandir a geração de mercadorias e a absorção do capital excedente para a constante ampliação da mais valia.

Ainda de acordo com Harvey (2012, p. 74) “O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação do capital, paralela a do crescimento da urbanização sob o capitalismo.” O bloqueio da livre expansão do sistema ocasionado pela falta de mão de obra ou por barreiras físicas, por exemplo, é responsável por suas crises.

Para a efetivação da livre expansão do capital é necessário a frequente superação destas barreiras:

Então até que ponto a necessidade de contornar barreiras e expandir o terreno da atividade lucrativa determina a urbanização capitalista? Aqui, argumento que a urbanização desempenhou um papel particularmente ativo, ao lado de fenômenos tais como gastos militares, na absorção do excedente que os capitalistas produzem perpetuamente em sua busca pelo lucro. (HARVEY, 2012, p. 75).

Sob esta perspectiva, o espaço urbano se tornou mercado, fonte de capital disponível através dos bancos, residência de dirigentes econômicos e políticos e reserva de mão de obra. A cidade, assim como o espaço físico industrial, permitiu a concentração dos meios de produção, das ferramentas, da matéria prima e da mão de obra (Lefebvre, 2001).

Os centros urbanos se estabeleceram então como local de concentração social onde se realiza a reprodução da vida, desta forma, se transformou em condição, meio e produto da reprodução social dentro do sistema capitalista. Neste sentido “a produção do espaço torna-se uma mercadoria, ganhando concretude prática na contradição dialética valor de uso/valor de troca.” (CARLOS, 2017, p. 34).

A complexidade desta contradição atribuiu aos espaços urbanos sistemas, modos de vida que se interligam e se estendem inclusive ao meio rural, determinando o modo de reprodução da vida dentro do sistema capitalista. Tal fenômeno recebeu a denominação de “tecido urbano”:

Com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e cultural. Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e de valores. (LEFEBVRE, 2001, p.19)

Compõem os elementos do sistema de objetos a água, a eletricidade, o gás, o carro, os eletrodomésticos, os produtos eletrônicos, os utensílios de plástico, o mobiliário, enfim, as condições materiais necessárias para a sobrevivência nas cidades. Já os elementos do sistema de valores são compostos pelo lazer, pela música, pela moda, pelos costumes, pela segurança, pelas exigências em relação à preocupação com o futuro e pelos demais componentes que integram a cultura do local.

Sob este cenário, núcleo urbano, através da comercialização de um modo viver, se converteu em “(...) produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar.” (LEFEBVRE, 2001, p.20).

Ao mesmo tempo em que o fenômeno da urbanização transformou os centros urbanos em local de consumo para a população de forma diversa e democrática, trouxe também um novo fator: a expulsão do proletariado deste local privilegiado de moradia para as periferias, os subúrbios. Estes foram criados para responder às necessidades de habitação da classe trabalhadora, principalmente dos camponeses levados à cidade em busca de trabalho através do êxodo rural.

Neste processo, o proletariado é impedido de participar ativamente da vida do núcleo urbano, embora tenha participação para a sua realização. Ocorre então o estranhamento do criador em relação ao objeto produzido, em outras palavras, acontece a “Cisão entre criador (a sociedade sujeito da produção do espaço) e sua criação (o espaço urbano, que no mundo moderno se reproduz sob a lógica da mercadoria), atualizando a alienação no mundo moderno.” (CARLOS, 2017, p. 33).

Sobre alienação, fruto da ruptura e conseqüente estranhamento entre o criador e criatura, Lefebvre (2001) afirma que o movimento de suburbanização no tecido urbano principiou o processo de descentralização da moradia nas cidades. Por sua vez, o proletariado, habitante dos subúrbios, foi afastado deste centro e acabou por perder o sentido da obra e desta forma deixou esfumar em sua consciência a capacidade criadora, levando à dissipação da consciência urbana.

A reprodução do espaço urbano, determinada pela industrialização e pela lógica de acumulação capitalista, reforçou ao mesmo tempo em que tornou explícita, a desigualdade entre os indivíduos. No espaço urbano é que se expressam as contradições do capital, onde é explícita a estrutura social de uma sociedade assentada na divisão de classes e a desigualdade espacial de uma cidade segregada através da propriedade privada da riqueza, que acarreta e define os acessos desiguais ao espaço de reprodução da vida.

O acesso desigual à cidade se manifesta nos itens fundamentais para a reprodução da vida nestes ambientes. Segundo Ribeiro (2017, p. 149), a sociedade urbano-industrial:

[...] com sua repercussão na organização espacial e na segregação inerente ao modo capitalista de produção, que, como não poderia deixar de ser, repercute também na produção do espaço urbano. Como resultado observam-se diversas expressões do acesso desigual à cidade, bem como aos equipamentos de uso coletivo que ela oferece, além dos chamados serviços urbanos.

Ainda conforme o Ribeiro (2017), moradia, acesso à água, saneamento básico, alimentação de qualidade, educação e trabalho são itens fundamentais para a condição de ser humano, este conjunto de condições materiais é o que facilita e determina a vida social, que é a causa primeira da reprodução da vida.

A apropriação da cidade se materializa de diferentes formas entre os indivíduos a partir da sua localização nas classes sociais. No sistema capitalista, a produção da cidade como valor de troca foi transformado em comércio. “Como consequência, o processo de reprodução do urbano revela sua contradição fundamental que reside na reprodução do espaço sob o capitalismo: sua produção é social enquanto sua apropriação é privada.” (CARLOS, 2017, p. 35).

Neste sentido, a urbanização é reproduzida como local de realização do ciclo do capital, de produção e reprodução de matéria prima para efetivação do objetivo do capitalismo, a transformação do espaço em mercadoria para consumo. Para esta efetivação, exige do Estado a criação de condições que permitam a concretização da acumulação através

de políticas públicas capazes de superar os bloqueios do crescimento e conseqüentemente as crises do capital.

O espaço urbano foi transformado então um meio de concentração de riquezas e também de poder pela classe dominante que juntamente com o Estado concebe políticas públicas capazes de responder minimamente às demandas da classe trabalhadora sem deixar de regularizar os fluxos da cidade, valorizando e desvalorizando espaços e assim acentuando as desigualdades.

Segundo Carlos, (2017, p. 39):

A ação do poder público, reforçada pelas políticas públicas, cria processos de valorização diferenciada do espaço urbano com a aplicação de recursos em determinadas áreas, a qual está associada à ação consciente dos empreendedores imobiliários nas áreas destinadas aos novos negócios. A propósito, esses empreendedores têm afastado para periferias cada vez mais distantes parcelas significativas de cidadãos que ocupam as áreas chamadas de “degradadas” – favelas, ocupações de prédios etc. Essas ações aprofundam a exploração enraizada através das alianças que privilegiam, constantemente, os setores imobiliários, as empresas de transporte e as grandes construtoras. Uma ação que se realiza contra o social.

As iniciativas de moradia popular do Estado desempenham um papel contraditório, pois fornecem habitação de forma rápida a baixo custo: “Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito de habitat à sua forma pura pela burocracia estatal.” (LEFEBVRE, 2001, p.26). Esta lógica reforça a ilusão de falta de planejamento urbano, porém, de forma planejada, a população não compatível com os processos de valorização do espaço são levados à periferia do tecido urbano.

Segundo Carlos (2017, p.51) “A história demonstra que a propriedade confere direito a quem a detém, permitindo com isso a realização consentida da dominação e da expropriação”. Deste modo, o direito à propriedade é sobreposto a qualquer outra noção de direito e culmina na regulação de todas as relações sociais. O Direito à Cidade, como aqui colocado, demonstra o momento em que a sociedade é constituída e o espaço onde se realizam as contradições, neste momento histórico as relações sociais se deslocam do âmbito da produção, do trabalho propriamente dito e migram para o ambiente urbano, entrando na vida social cotidiana.

1.2 Saneamento Básico: Direito ou mercadoria?

Para melhor compreensão das questões que permeiam a ação humana sobre o meio ambiente e a consequente necessidade do saneamento ambiental, é importante o entendimento dos marcos históricos que possibilitaram a ampliação da utilização dos recursos naturais e de consumo, para tanto se destacam dois pontos fundamentais: a prática da agricultura e a revolução industrial.

O primeiro deles tem provavelmente 10 mil anos, é a prática da agricultura, que possibilitou ao homem se fixar na terra. Após este marco histórico não houve mais a necessidade vital de buscar periodicamente novas áreas para satisfazer sua demanda alimentar. Ao lavrar a terra espécies de vegetação começaram a ser retiradas, inclusive com a prática da queimada, fato que mudou o ambiente local causando, como consequência, a poluição do seu espaço (Philippi e Malheiros, 2005).

O segundo ponto se refere à transformação tecnológica iniciada na Europa no século XV. Tal transformação possibilitou o aumento de seu domínio físico e político com a colonização de novas áreas e em seguida impulsionou a Revolução Industrial. Observa-se, nesse período, o aumento na taxa de crescimento populacional e concentrações cada vez maiores nas áreas urbanas (Philippi e Malheiros, 2005). As alterações nos modelos de consumo e de tecnologia impuseram novos padrões de modificação ambiental e foram acompanhados por avanços nas áreas da medicina e do saneamento.

Após a Revolução Industrial e a urbanização dela proveniente, foram necessárias as primeiras intervenções de saneamento sobre o meio, bem como sobre a higiene das cidades. A necessidade de contenção das epidemias demandaram respostas do Estado, desta forma, as primeiras intervenções em saneamento no continente Europeu se deram devido à imposição de barrar o avanço das enfermidades de veiculação hídrica.

Na Europa, no século XIX, a confluência de argumentos sanitários, econômicos e políticos colocaram as providências de saneamento no centro das discussões governamentais e resultaram em importantes intervenções públicas nesse campo. A construção de redes de coleta de esgotos e a prática da filtração da água tiveram eficácia cientificamente comprovadas por John Snow, Robert Koch e Louis Pasteur no controle das doenças, por esta razão foram amplamente utilizadas.

Hochman (2013) afirma que a ideia de transmissão de doenças trouxe a percepção sobre as relações entre grupos distintos de que eles eram dependentes. Apesar da distância

física, a privação de determinado grupo poderia interferir nos demais, inclusive economicamente, pois as mortes causadas por doenças, na expressão utilizada no continente europeu, “gastavam gente” (HOCHMAN, G. 2006, p.86), impedindo a produtividade e assim o desenvolvimento do país:

Os processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional tinham constituído uma sociedade na qual um dos elos principais seria a doença, em especial quando se apresentava à sociedade de forma epidêmica. A extensão do fenômeno também estava vinculada à constituição de Estados Nacionais - com a definição do Estado político e territorial onde esses problemas eram percebidos e ao qual seriam demandas soluções - e à crescente convicção da perda de eficácia das soluções individuais e locais, então vigentes, para um problema que se tornava crescente, coletivo e nacional. (HOCHMAN,G. 2006, p.52)

O risco existente ou por vir de adoecimento da parcela da população com condições de manter o saneamento e a saúde individualmente causou a demanda por agir sobre territórios em menores condições de arcar com esta questão de forma particular, o que levou à determinação de comportamentos de higiene coletivos através de legislação. Assim, o resultado da sociabilidade em larga escala foi o sentimento de comunidade nacional, que estava junto à demanda pelo aumento das responsabilidades do Poder Público.

Ainda de acordo com Hochman (2006, p.87) “A doença seria um mal público que demandaria ações públicas de saúde e saneamento, as quais enfocariam os elos de comunicabilidade entre os indivíduos de uma mesma comunidade e entre diferentes comunidades.” Uma das consequências das intervenções sanitárias na gestão urbana foi o questionamento do liberalismo, pois algum grau de regulação pública da propriedade privada e do comportamento coletivo foi demandado para refrear epidemias e proteger a saúde pública.

Segundo Murtha, Castro e Heller (2015), a intervenção em saneamento preponderante na Europa privilegiou a centralização dos sistemas de suprimento de água das residências por meio de tubulações, bem como a coleta de esgotos sanitários por meio de redes. Este padrão chegou ao Brasil em meados do século XIX, quando a exemplo da Europa, houve a necessidade de realizar as primeiras ações relativas à intervenção pública em saneamento para a contenção das epidemias.

As primeiras manifestações no campo do saneamento em território brasileiro significaram o modo como o país se inseriu no processo de propagação do modelo técnico de infraestrutura europeu, com a importação de técnicos, tecnologias, capitais, maquinarias e

materiais. Esse modelo culminou também na provisão dos serviços públicos por meio de empresas privadas, sob o argumento de que estas seriam superiores para tal.

As intervenções em saneamento no Brasil significaram então a transição do modo de distribuição coletiva e gratuita através de chafarizes, bicas e fontes para o modo fundado nas redes de distribuição de água para residências e conseqüentemente a cobrança pelo acesso a este recurso. “Trata-se do processo de mercadorização da água por meio do serviço de abastecimento público, da apropriação e comercialização de um bem até então tratado como bem de acesso irrestrito.” (MURTHA, CASTRO, HELLER, 2015, p.200).

Ainda conforme os autores, este modelo teve como base o conhecimento tecnológico da engenharia inglesa, que se encontrava em estágio mais avançado. Este processo representou, por um lado, a modernização do espaço urbano no país, e por outro lado um movimento de integração do Brasil no círculo do imperialismo financeiro internacional, que superou o capitalismo mercantilista e consolidou a mundialização do capitalismo industrial.

A abertura para a exploração direta dos serviços públicos pelo capital estrangeiro denotou o caráter empresarial das iniciativas e sua característica fundamental, de restringir o acesso exclusivamente à parcela da sociedade com condições de bem remunerar os capitais aplicados. (MURTHA, CASTRO, HELLER 2015, p. 201)

Este modelo trouxe a modernização exigida no momento em termos de saúde pública e em relação ao capital financeiro, porém, marcado pelo interesse econômico, não atingiu a totalidade do país. Uma grande parcela da população, principalmente em locais afastados dos centros urbanos e com menor poder aquisitivo, ainda esteve à margem do acesso ao saneamento.

Ao longo dos anos este acesso permaneceu ao alcance das residências cujos habitantes contavam com condições econômicas de pagar por ele. Tanto pela infraestrutura necessária para a prestação dos serviços no momento da aquisição de um imóvel, quanto pelas taxas e tarifas mensais cobradas posteriormente.

A partir da década de 1960, o aumento da urbanização fez emergir a problemática do déficit da cobertura de saneamento básico nas cidades brasileiras, exigindo respostas com maior efetividade por parte do Estado. Neste contexto, Políticas Públicas foram elaboradas a fim de que serviços de saneamento fossem mediados pelo Estado e desta forma chegassem ao alcance de todos os cidadãos. Paradoxalmente, o Estado assumiu seu papel de mediador de

políticas públicas, porém, concomitante a ele, e com maior força, assumiu o também o papel de mantenedor da hegemonia do capital.

De acordo com Marques (2016, p. 37):

O Estado contemporâneo não representa mais o capital, porque representar supõe uma relação entre duas instâncias distintas ao passo que o que ocorre hoje é um *continuum* entre ambos. Seria hoje frequentemente mais correto substituir a rede corporativa pela rede estatal-corporativa (...) Um passo a mais está sendo dado. Hoje, a tal ponto os Estados amalgamam-se física e financeiramente com as corporações, que começam a se borrar os limites entre eles, de modo que se torna por vezes impossível precisar onde termina o Estado e onde começa o capital corporativo.

Na década de 1960, o Estado, caracterizado por um governo militar autoritário, criou do Banco Nacional de Habitação (BNH), com o objetivo de implantar uma política de desenvolvimento urbano. O BNH recebeu a incumbência de fazer o diagnóstico do saneamento no país e era ainda a sede do Sistema Financeiro de Saneamento (SFS), que passou a centralizar recursos e a coordenar as ações do setor.

Ainda na década de 1960 foram criados os fundos de água e esgoto estaduais, de modo que o financiamento aos municípios passou a ser realizado pelo BNH e pelos governos estaduais de forma conjunta. Em contrapartida os municípios foram obrigados a organizar os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto na forma de autarquia ou de sociedade de economia mista.

Ainda durante o governo militar, na década de 1970, houve uma nova tentativa de ampliação da cobertura de saneamento, com a criação do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). O PLANASA tinha o objetivo de atender 80% da população urbana com serviços de esgoto até 1980 e incentivou os municípios a concederem os serviços às companhias estaduais de saneamento, as quais tinham acesso aos empréstimos do BNH.

A década de 1980 foi marcada pelo movimento de redemocratização; neste período persistiram os padrões de investimento em saneamento básico. Zioni (2005, p. 48) afirma que: “Em resumo, o que se pode constatar é que, apesar da crise econômica e do desgastante processo inflacionário, não houve uma ruptura brutal no nível dos investimentos em saneamento, pelo menos até o início da década de 1990”.

Já na década de 1990 foram registradas instabilidades políticas seguidas por um ajuste fiscal que corroborou em maiores dificuldades para o setor de saneamento. A Secretaria de Políticas Urbanas, ligada ao Ministério de Planejamento e Orçamento, ficou encarregada pela

Política Nacional de Saneamento, que era financiada pelo: Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS); Orçamento Geral da União (OGU); Orçamentos dos estados e municípios; Recursos Internacionais; Recursos da iniciativa privada e por Recursos gerados pela prestação de serviços.

Ainda na década de 1990:

(...) devido à fragilidade do FGTS, decorrente do aumento da informalidade do mercado de trabalho e da redução do ritmo de crescimento industrial e econômico, como um todo, os limites impostos à utilização de recursos federais, em função da política de ajuste e estabilidade, levaram à redução dos níveis de investimento nos setores sociais, o que explica a quebra no ritmo das ações de saneamento. Some-se a esses fatores a incapacidade de endividamentos dos Estados e Municípios e chega-se aos resultados desastrosos em saneamento, que contrastam com outros indicadores que conseguiram níveis mais positivos, como alfabetização e redução da mortalidade infantil (ZIONI, 2005, p. 49).

Uma nova forma de administração para o setor de saneamento no Brasil se deu em 2007, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ligado ao ministério das cidades, que visava promover a retomada do planejamento e execução de infraestrutura urbana no país. Ainda neste ano foi sancionada a Lei nº11.445, de 05 de janeiro de 2007, a qual estabeleceu as diretrizes nacionais para saneamento básico.

Entre os princípios fundamentais desta legislação estavam: a universalização do acesso; a adequação desta política à saúde pública e à proteção do meio ambiente; sua articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, de combate à pobreza, de proteção ambiental, de promoção da saúde e de recursos hídricos. Entretanto, seus princípios fundamentais nunca foram completamente praticados, sobretudo a universalização do acesso.

Esta legislação normatizou ainda que poderiam “(...) ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para usuários e localidades que não tenham capacidade de pagamento ou escala econômica para cobrir o custo integral dos serviços.” (Lei nº11.445, de 05 de janeiro de 2007. Art. 29 §2º). Contudo, o acesso a tal benefício foi bastante restrito, segundo informações do IBGE referentes ao ano de 2017, 38,2% dos municípios brasileiros informam ter implantada uma Política Municipal de Saneamento Básico, desses, apenas 22,7% fazem menção à existência da tarifa social (IBGE, 2018).

Atualmente está em vigor a Lei nº14.026 (de 15/07/2020), de autoria do executivo, que alterou o marco legal do Saneamento Básico, modificando uma série de legislações do setor. Sob o argumento de que as legislações anteriores eram estatistas e de que o déficit de

cobertura do saneamento básico deve ser sanado por intermédio da prestação de serviços da iniciativa privada, tal legislação visa facilitar e estimular a entrada do capital privado na prestação dos serviços de saneamento.

Saneamento Básico é um serviço essencial, intimamente relacionado à saúde coletiva, ao direito à água potável, à moradia e à preservação ambiental. No entanto, a análise do formato de oferta de serviços evidencia a contradição entre o serviço público – direito do cidadão e dever do Estado – e a lógica econômica lucrativa do capital, que transforma atividades essenciais à reprodução da vida em mercadoria.

Tal lógica permitiu que o lucro fosse a finalidade de qualquer tipo de prestação de serviços de saneamento básico oferecidos à população, tanto pelas concessionárias públicas, quanto pelas mistas ou de capital privado. Este cenário expôs a situação da cobertura do saneamento básico no Brasil à razão da ordem capitalista: a acumulação da riqueza socialmente produzida.

1.3 As lutas pelo espaço

Segundo Levebvre (2001) a desordem urbana com seus núcleos urbanos e seus espaços suburbanos oculta uma ordem, a oposição entre os setores diferentes e opostos. Esta oposição vem a constituir um sistema de significações onde cada setor se define, na e pela consciência dos indivíduos, em relação ao outro e conseqüentemente contra o outro.

David Harvey afirma que a transformação do espaço urbano em local físico para a absorção do excedente possui uma face obscura, uma vez que processo de transformação do espaço em mercadoria vem acarretando repetidos conflitos sobre a reestruturação urbana “já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo.” (HARVEY, 2012, p. 82).

No cotidiano, ao mesmo tempo em que a vida na cidade proporciona o usufruto de uma gama de possibilidades, ela demanda um mínimo de condições materiais para sua reprodução, as quais não estão ao alcance de toda a população de forma igualitária: “A reprodução do espaço urbano, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe a desigualdade dos indivíduos na sociedade, vivida concretamente através dos modos de apropriação diferenciados” (CARLOS, 2017, p. 41).

A indagação sobre as desigualdades que no dia a dia são muitas vezes naturalizadas proporciona a descoberta das injustiças vivenciadas. Na compreensão de Carlos (2017), tal movimento demonstra a capacidade de questionamento do mundo em que vivemos e faz emergir as indagações sobre a forma como o direito à propriedade é tornado instrumento de privilégio para alguns e fonte de sofrimento para quem não a detém:

Portanto, é no cotidiano que serão constituídas as formas de luta contra a alienação sob a forma de movimentos sociais e manifestações públicas. Em sua dimensão real, os corpos reunidos manifestam sua força indiscutível: inicialmente mostram a indignação e o descontentamento com a vida na metrópole e o modo como se constrói o espaço urbano, que separa e exclui uma parcela significativa da sociedade pela imposição de direitos diferenciados: e, em outras, exigem mudanças concretas (CARLOS, 2017, p. 41).

Para minimizar as desigualdades no acesso ao espaço social, o Estado se responsabiliza pela elaboração e execução de legislações e políticas públicas, porém, de forma contraditória assume também o papel do mantenedor da lógica do capital. Neste contexto, a materialização de direitos que visam a garantia dos mínimos necessários à reprodução da vida no espaço urbano, por muitas vezes, se dá apenas após pressões e lutas populares.

A participação em tais lutas é definida por Gohn (2005, p.30) como um processo de vivência “que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social”. Segundo a autora, por meio da participação, os sujeitos podem se tornar protagonistas de sua história, desenvolverem a consciência crítica desalienadora, agregarem força sociopolítica a um grupo ou ação coletiva, gerarem novos valores e uma cultura política nova, acarretando em mudança política e transformação social.

Para Jacobi (1993), as contradições urbanas podem ser configuradas como crise na cidade capitalista e este fato é capaz de gerar um crescente processo de politização do cotidiano, decorrente das ações controversas do Estado. Na luta constante pela sobrevivência, os sujeitos se deparam com a dificuldade de acesso a direitos básicos que levam à deterioração das condições de vida.

O aprofundamento da realidade mercantil determina costumes, causa a abstração concreta do mundo da mercadoria e suas formas arbitrárias (Carlos, 2017). Porém, é na privação vivida que se desperta a possibilidade da luta:

(...) a tomada de consciência dos limites impostos à vida urbana vai mover os conflitos que desenvolvem sob a forma de lutas pelo espaço em torno do

“direito à cidade”. A consciência da privação sinaliza, portanto, um movimento em direção ao devir que, mais que acentuar o possível, traz a exigência da construção de um novo projeto de sociedade. Portanto, a aposta no movimento inerente ao real apela à reflexão e à ação situada em direção ao futuro; o que significa que há sempre um resíduo incapaz de ser absorvido pela lógica capitalista e que se sustenta face à irreducibilidade do humano à passividade. (CARLOS, 2017, p. 42)

Conforme Gohn (2005) para compreensão das lutas pelo espaço no contexto urbano é necessário entender o território, palco das lutas cotidianas, como local onde ocorre a relação entre a sociedade civil e a sociedade política. Mais do que significar um lugar como categoria geográfica, estática e cartorial, o território agrega a este conceito processos de relações sociais, lugar de memória, história, cultura e poder. O território está na base dos conflitos e lutas, mas também é local de construção de consensos.

De acordo com Teixeira (2001) os primeiros movimentos em torno da questão urbana no Brasil datam da década de 1940 a partir a criação dos comitês democráticos populares contra os despejos, já na década de 1950 são criadas as Sociedades Amigos do Bairro e mais recentemente ocorreram as ocupações, loteamentos clandestinos, multirões e cooperativas habitacionais.

O processo de urbanização e as consequências conflituosas no campo das disputas pelo espaço foram fomentadas pelo surgimento da sociedade urbano – industrial, processo que levou camponeses à migração para os grandes centros urbanos em busca de oportunidade de trabalho e melhoria das condições materiais de existência.

Outro elemento importante para análise do processo desse processo de urbanização e dos conflitos que dele decorrem é a imigração. Sobre esta, Sader (2010, p. 89) afirma:

No correr do anos 50 e 60 formou-se uma primeira imagem a respeito desse processo (migração), que assinalava-o como manifestação da modernização da sociedade, em trânsito do tradicional rural para o urbano-industrial. Enquanto personificação desse processo, os migrantes estariam experimentando uma forma de progresso através da mobilidade social oferecida pela industrialização e pela urbanização.

Ainda de acordo com o autor, ao mesmo tempo em que experimentaram o chamado progresso, os migrantes pobres nos grandes centros urbanos foram atingidos pelos fenômenos da exclusão, do desenraizamento e da marginalização. Pesquisas realizadas na grande São Paulo entre as décadas de 1970 e 1980 apontaram a falta de moradia como principal problema dos migrantes em viver na metrópole (Sader 2010).

Ao mesmo tempo em que a moradia é necessidade primária da vida na cidade, grande parte da população se encontrou privada de qualquer possibilidade de adquirir um imóvel no mercado imobiliário formal. “Pressionado pela necessidade de morar” (RIBEIRO, 2017, p.150), as formas utilizadas por este contingente populacional como meio para obtenção de propriedade foram os movimentos reivindicatórios, bem como a autoconstrução em ocupações de áreas ociosas, irregulares e desprovidas de qualquer infraestrutura necessária à vida urbana.

Neste cenário é importante entender a relevância da casa própria para as famílias da classe trabalhadora. Segundo Sader (1988) essas famílias procuram assimilar, mais ou menos, os padrões de consumo disseminados pela indústria cultural, que representam sua inserção na classe média, isso significa a absorção dos padrões dominantes, mas significa também a reivindicação de participação no consumo dos bens socialmente produzidos na era da industrialização.

Deixar de pagar aluguel pode simbolizar ainda que a despesa de habitação se torne uma reserva de valor, de estabilidade sobre as mudanças repentinas que podem gerar inseguranças, além da coesão familiar, expressa no fato de poder organizar o próprio espaço:

A casa bem equipada, com maior conforto possível, com o sinal visível dos resultados dos esforços coletivos, com os enfeites que manifestem o gosto de seus moradores, constitui o lugar primeiro onde os trabalhadores se reconhecem entre os seus, no seu mundo, longe das impertinências dos chefes, da indiferença dos guichês, da violência das ruas (SADER, 1988, p.110).

Na metrópole o lugar de moradia é onde a classe trabalhadora recompõe sua energia, na lógica do sistema capitalista, a moradia é para o tempo de recomposição do trabalhador, necessário para a reprodução do capital. Para o trabalhador o tempo do trabalho é apenas um sacrifício necessário para obter um salário com o qual consiga viver, assim, apenas o tempo fora da produção do trabalho é que constitui seu tempo de vida (Sader, 1988).

Nos centros urbanos, a materialização do ideal da casa própria está acompanhado pelo direito à reprodução vida na cidade e está envolto nos serviços urbanos de uso coletivo como transporte, saúde, educação e saneamento básico. Este direito foi por muitas vezes materializado através dos movimentos sociais urbanos, onde os trabalhadores pressionaram o Estado e a sociedade na luta pelo direito à reprodução da vida na cidade questionando as “ações do capital monopolista na organização do espaço e da vida urbana” (JACOBI, 1993, p. 12).

As análises desses movimentos no Brasil explicitam argumentos contraditórios sobre o papel dos conflitos sociais na conjuntura da sociedade, alternando entre a potencialidade política de transformação e as limitações no contexto capitalista.

A “participação popular” também tem sido usada por governos e organismos internacionais ao envolver segmentos dominados da população em seus projetos e políticas, inclusive como estratégia de redução de custos (multirões, parcerias) e com objetivos de manipulação ideológica, pretendendo-se conferir legitimidade a governos e a programas de compensação aos efeitos das políticas de ajuste estrutural. (TEIXEIRA, 2001, p. 32)

Embora em uma relação explicitamente contraditória e orgânica, os movimentos sociais brasileiros das décadas de 1970 e 1980 tiveram importância na construção da atual base legal da rede de garantia e defesa de direitos. Este período correspondeu a um dos mais ricos da história do país no que se refere às lutas e, sobretudo, projetos de mudança social.

Tal período diz respeito a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que culminou na materialização da democracia através dos movimentos das diretas já no ano de 1984 e na efetivação de direitos sociais através a Constituição de 1988. “Os moradores das periferias, das favelas, cortiços e outros submundos saem da penumbra e das páginas políticas para se tornarem os depositários das esperanças de ser novos atores históricos, sujeitos de processos de libertação e de transformação social.” (GOHN, 2012, p. 114).

Em especial, a década de 1980 no Brasil foi marcada pelo surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas e creche. Em seu conjunto, os diversos movimentos revelaram a face de sujeitos até então ocultos ou com as vozes sufocadas nas últimas décadas.

Segundo Gohn (2012), a união das forças de oposição possibilitou a construção de propostas, frentes e lutas, havia um clima de esperança, de crença na necessidade da retomada da democracia, na necessidade da participação dos indivíduos na sociedade e na política. Havia também a crença na força do povo, das camadas populares, quando organizadas, para realizarem mudanças históricas que outros grupos sociais não tinham conseguido realizar no passado:

Os anos de 1980 são fundamentais para compreensão da construção da cidadania dos pobres no Brasil, em novos parâmetros. Embora com o estatuto de cidadãos de segunda categoria, os pobres saíram do submundo e vieram à luz como cidadãos dotados de direitos – direitos estes que são inscritos na Constituição, mas, usualmente, negados ou ignorados na prática (GOHN, 2012, p. 126).

Ainda conforme a autora, na década de 1990 os movimentos sociais populares se alteraram substancialmente, redefinindo novamente o cenário das lutas sociais. Alguns movimentos entram em crise: de militância, de mobilização, de participação cotidiana em atividades organizadas, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população. Neste cenário surgiram novos movimentos sociais, centrados em questões éticas ou de valorização da vida humana.

Nas décadas destacadas aqui (70, 80 e 90) as lutas populares tiveram importante papel na materialização de direitos, incluindo o direito à moradia. “Por assim dizer, o direito à moradia aflora na consciência social. Ele se faz reconhecer de fato na indignação provocada pelos casos dramáticos, no descontentamento engendrado pela crise.” (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

Na conjuntura onde o planejamento urbano está a serviço do processo de industrialização e o Estado se retrai de seu papel de mediador de políticas públicas, fatos como especulação imobiliária e juros em torno do financiamento de imóveis tornam a aquisição de uma moradia muito além do poder aquisitivo de grande parte da população. Através da ocupação de áreas ociosas e sem infraestrutura urbana alguma, as lutas populares concretizaram o direito à moradia e os serviços urbanos de uso coletivo tornaram-se um apêndice neste enfrentamento.

Assim, o saneamento básico é assunto em pauta na luta pelo direito à cidade. A seguir será realizada a caracterização do Município de Sorocaba e do Jardim Ipiranga, bairro objeto desta pesquisa, com ênfase nos aspectos relativos ao saneamento básico (abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto) e em seu histórico de lutas populares pelo direito à vida na cidade.

CAPÍTULO 2

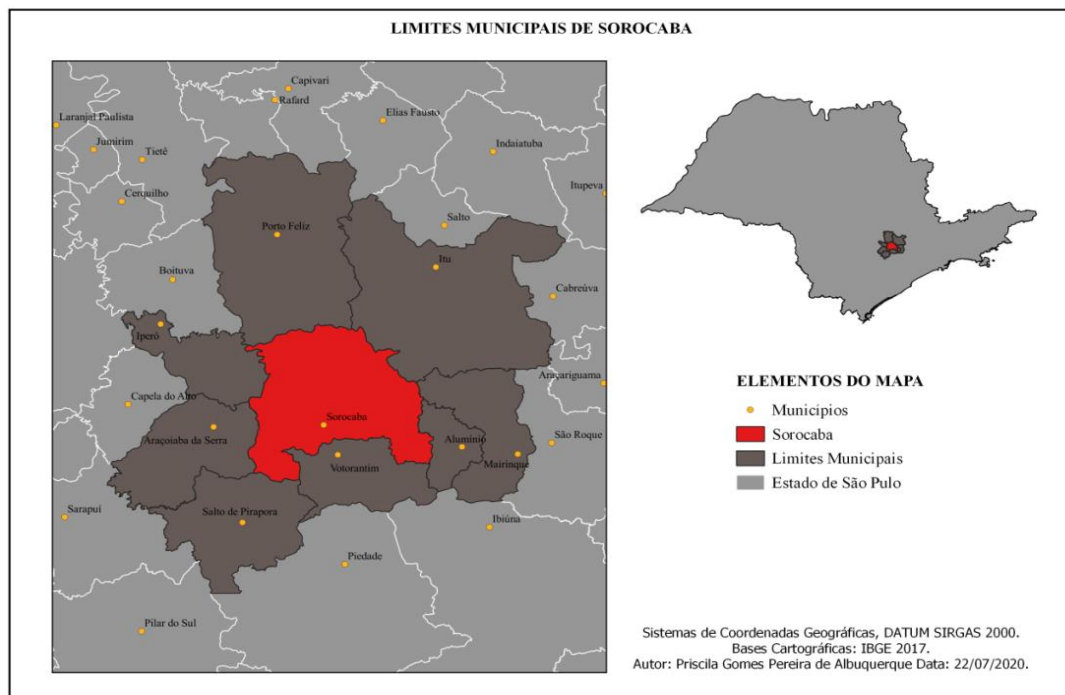
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

*“Éhh hoje tem de tudo no Jardim Ipiranga,
eu gosto de dizer que quem mora aqui se for pra outro
lado volta a morar aqui porque acostumou, a água é boa.”*
(Entrevistado 2)

2.1 Caracterização do Município de Sorocaba: dados econômicos, sociais e recursos hídricos

O município de Sorocaba está situado na região sudeste do Estado de São Paulo, a 100 km da capital paulista, seu território abrange uma área de 456 km² e faz divisa com os municípios de Votorantim (sul), Salto de Pirapora (sudoeste), Araçoiaba da Serra (oeste), Iperó (noroeste), Porto Feliz, (norte), Itu (nordeste), Mairinque (leste), e Alumínio (sudeste).

Figura 1- Limites Municipais de Sorocaba



Fonte: Autoria própria

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas pela Fundação Sistema Nacional de Análise de Dados do Estado de São Paulo –

SEADE (São Paulo, 2020), a população de Sorocaba no ano de 2020 era de 658.547 habitantes, sendo que 98,98% estava localizada em área urbana.

De acordo com o Plano Diretor Ambiental de Sorocaba (2011, v.1), o início da urbanização do município se deu na região do morro do Araçoiaba, onde habitavam os índios tupiniquins do grupo Tupi, habitantes das margens do rio Sorocaba. Embora houvesse outros grupos na região, este teve maior possibilidade de desenvolver a urbanização devido à sua localização geográfica, pois era rota dos Bandeirantes no caminho a Minas Gerais e Mato Grosso a procura de ouro, prata e ferro.

O nome Sorocaba tem sua origem no Tupi-guarani e significa terra (aba) fendida ou rasgada (çoro). O povoado recebeu este nome em 15 de agosto de 1654, após a mudança do Capitão Baltazar Fernandes e sua família, que já havia construído no local sua casa de moradia e a igreja Nossa Senhora da Ponte, atual Igreja de Sant'Ana, do Mosteiro de São Bento (Sorocaba, 2020).

A condição de município foi concedida no dia 3 de março de 1661, quando passou a se chamar Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, momento em que é instalada a primeira Câmara Municipal. A região se tornou marco obrigatório para os tropeiros, por esta razão, o município de Sorocaba ganhou uma feira onde os brasileiros de todos os estados reuniam-se para comercializar animais, a Feira de Muares, principal fonte de renda municipal nos séculos XVIII e XIX.

O fluxo intenso de pessoas e riquezas promoveu o desenvolvimento do comércio e das indústrias caseiras, baseadas na confecção de facas, facões, redes de pesca, doces e objetos de couro para a montaria (Sorocaba, 2011, v. 1).

Posteriormente, a produção de café, algodão e cana de açúcar no interior paulista alavancaram o desenvolvimento da industrialização no final do século XIX e início do século XX e do transporte através de ferrovias para o escoamento da produção. Neste período o município de Sorocaba ganhou destaque pelo desenvolvimento da indústria têxtil, que perdurou até a década de 1950, quando este setor industrial passou por grande queda.

Devido à queda do setor têxtil o município foi levado à diversificação do seu parque industrial, assim houve o desencadeamento da produção de bens de consumo duráveis, fato que se estende até os dias atuais (Celli, 2012). A partir da década de 1990, com o desenvolvimento do comércio e prestação de serviços, o destaque do município se dá para a ascensão do setor terciário (Buganza, 2010).

Atualmente o município de Sorocaba é sede da Região Administrativa (RA) e de Governo (RG) na qual está inserida¹.

A Região Administrativa de Sorocaba é a maior RA do Estado de São Paulo em extensão territorial, ocupando 16,5% da superfície estadual. Sua localização geográfica a sudoeste lhe confere uma posição estratégica, pois, ao mesmo tempo em que está próxima das duas regiões economicamente mais importantes do Estado (RM de São Paulo e RM de Campinas), é a ligação entre a capital e o interior paulista, Estados do sul e países do MERCOSUL (BUGANZA, 2010, p. 58).

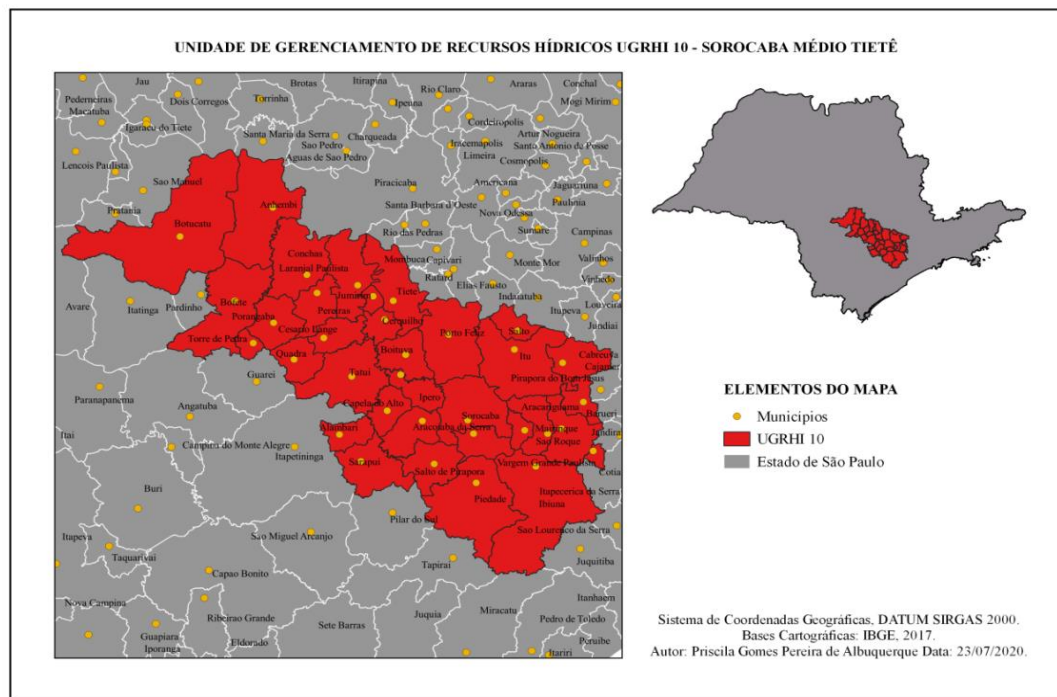
No ano de 2017 o Produto Interno Bruto (PIB) de Sorocaba correspondeu a 1,50% do valor total do PIB do Estado de São Paulo, sendo R\$49.970,28 per capita (São Paulo, 2020). O que representa uma média de renda mensal de R\$4.164,16 por pessoa no município.

Sorocaba está inserida na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 10, também denominada Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba Médio Tietê. A UGRHI 10 abrange 53 municípios (34 com a sede em seu território e 19 possuindo apenas porções rurais).

Os principais rios localizados na UGRHI 10 são os rios Tietê e Sorocaba, este último sendo ainda um importante tributário do Rio Tietê. Outros cursos d'água de importância na bacia são: Rio Sorocaboçu, Rio Una e Rio Sorocamirim (os três são formadores do Rio Sorocaba e desembocam na Represa de Itupararanga), Rio Pirapora, Rio Sarapuí, Rio das Conchas, Rio Pirajibú, Rio do Peixe, Rio Tatuí e Rio Pirapitingui. Já em relação aos principais represamentos no Rio Tietê e Rio Sorocaba podemos citar a Represa de Barra Bonita (localizada na sub-bacia do Médio Tietê Inferior) e a Represa de Itupararanga (localizada na sub-bacia do Alto Sorocaba). Essas duas represas são exemplos do aproveitamento de usos múltiplos da água, seja energético, lazer, turismo e abastecimento de água (SÃO PAULO, 2018, p.13).

¹ Para fins de gerenciamento, o Governo do Estado de São Paulo divide os municípios em 15 regiões administrativas (RA) subdivididas em regiões de governo (RG).

Figura 2 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos UGRHI 10 – Sorocaba Médio Tietê



Fonte: Autoria própria

Com base em informações obtidas pelo IBGE no censo do ano de 2010, a Fundação SEADE indica que o município de Sorocaba atende a demanda hídrica de 99,51% da população (São Paulo, 2020). Os sistemas de captação de água bruta e distribuição de água tratada, além da medição e cobrança dos serviços, são operados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba – SAAE, através de sistema próprio.

Segundo o Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água de Sorocaba (Sorocaba, 2016a), o abastecimento de água no município se dá predominantemente por recursos hídricos superficiais. Desta forma, 98% do município é abastecido através das captações que ocorrem no Rio Sorocaba (Represa de Itupararanga), no Rio Ipaneminha (Represa do Ipaneminha) e no Rio Pirajibu-Mirim (Represa do Ferraz).

A represa de Itupararanga é responsável por 82% o montante de água superficial captada no município, já a represa de Ipaneminha corresponde a 8% e por fim a represa do Ferraz representa 10%. Além da captação superficial, existem ainda 59 poços semi-artesianos no município, dos quais 33 estão em funcionamento, o que se refere a 2% do abastecimento de água municipal (Sorocaba, 2016a).

O Sistema de tratamento de água conta com duas estações do tipo convencional (Estação de Tratamento de Água – ETA), que são denominadas de ETA I - Cerrado e ETA II

– Éden. Para conduzir a água captada nos mananciais até as estações de tratamento, o SAAE possui o sistema de adução.

Saindo da represa de Itupararanga são quatro adutoras que funcionam por gravidade e direcionam a água captada à ETA I – Cerrado. A partir da represa de Ipaneminha, saem mais duas adutoras, as quais funcionam por recalque e também direcionam a água à ETA I – Cerrado. Já a água bruta captada pela represa do Ferraz, é recalçada através de uma estação elevatória até a ETA II Éden.

A água tratada é distribuída à população por meio de uma malha subterrânea composta por Centros de Reservação (CR) e Centros de Distribuição (CD). Ao todo, o sistema conta com 24 Centros de Distribuição, que podem conter um ou mais Centros de Reservação.

Em relação à coleta e tratamento do esgoto sanitário, também pautada nos dados do censo IBGE do ano de 2010, a Fundação SEADE aponta que 97,75% do município de Sorocaba é atendido pela rede coletora de esgoto (São Paulo, 2020). Toda a rede coletora de esgoto e posterior tratamento também são de responsabilidade do Serviço Autônomo de Sorocaba – SAAE e operados através de sistema próprio.

Conforme o Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Sorocaba (Sorocaba, 2016b), a rede coletora possui quarenta e nove bacias de esgotamento sanitário. Sua abrangência é de aproximadamente 1.274 km de extensão e é composta por vinte coletores-tronco e três emissários por gravidade que canalizam o esgoto a três interceptores. O esgoto sanitário é então direcionado às oito Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs: Sorocaba I; Sorocaba II, Pitico; Itanguá; Aparecidinha; Éden; São Bento; Ipaneminha e Quintais do Imperador.

2.2 Caracterização do Jardim Ipiranga: dados econômicos, sociais e recursos hídricos

O Jardim Ipiranga está localizado na zona oeste do município de Sorocaba, a 7 Km do centro comercial da cidade (tendo como base a Rua XV de Novembro, uma das principais ruas da região central). Com a finalidade de ilustrar a localização, a delimitação do objeto de estudo e a evolução urbana do Bairro foram utilizadas imagens via satélite obtidas no banco de dados do Google Earth (imagens 1 a 6).

Imagem 1 - Localização do Bairro Jardim Ipiranga em relação ao município de Sorocaba



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

O município de Sorocaba não conta com regulamentação legal para a nomenclatura de bairros de acordo com delimitações de ruas. Para fins desse estudo é considerado Jardim Ipiranga a área formada pelas ruas Perfeito Asseituno, que faz divisa com o Bairro Júlio de Mesquita (sudoeste e oeste), Rua Rua Benedito Barbosa Filho, que faz divisa com o Bairro Wanel Ville IV (noroeste e norte), Avenida Elias Maluf, divisa com os bairros Wanel Ville I (nordeste) e Parque Ouro Fino (leste) e Rua Estado de Israel, que faz divisa com o Bairro Parque Manchester (sudeste e sul).

Imagem 2 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

É importante destacar que dentro da área considerada Jardim Ipiranga neste estudo há uma pequena região chamada de Jardim Abatiá por alguns moradores. A distinção entre os nomes se deu devido às disputas internas no período de urbanização, porém, esta diferenciação não foi considerada na pesquisa pelo fato de não haver uma divisão clara entre os bairros, bem como pelo fato de o processo de urbanização estar intimamente ligado. Este assunto será detalhado no capítulo 3.

Imagem 3 – Localização aproximada da área chamada Jardim Abatiá

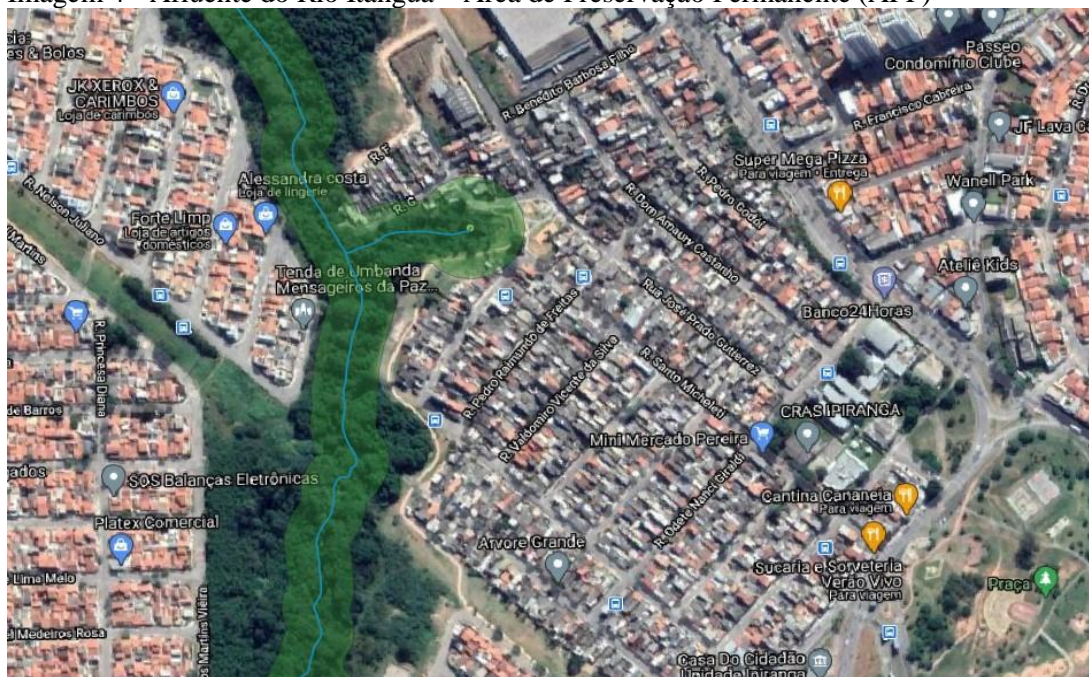


Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)

Delimitação da área estudada: autoria própria

O Jardim Ipiranga está localizado ao lado de um afluente do rio Itaguá. Para preservação deste recurso hídrico, no local há uma Área de Preservação Permanente (APP), conforme aponta a imagem fornecida pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA):

Imagem 4 - Afluente do Rio Itaguá – Área de Preservação Permanente (APP)



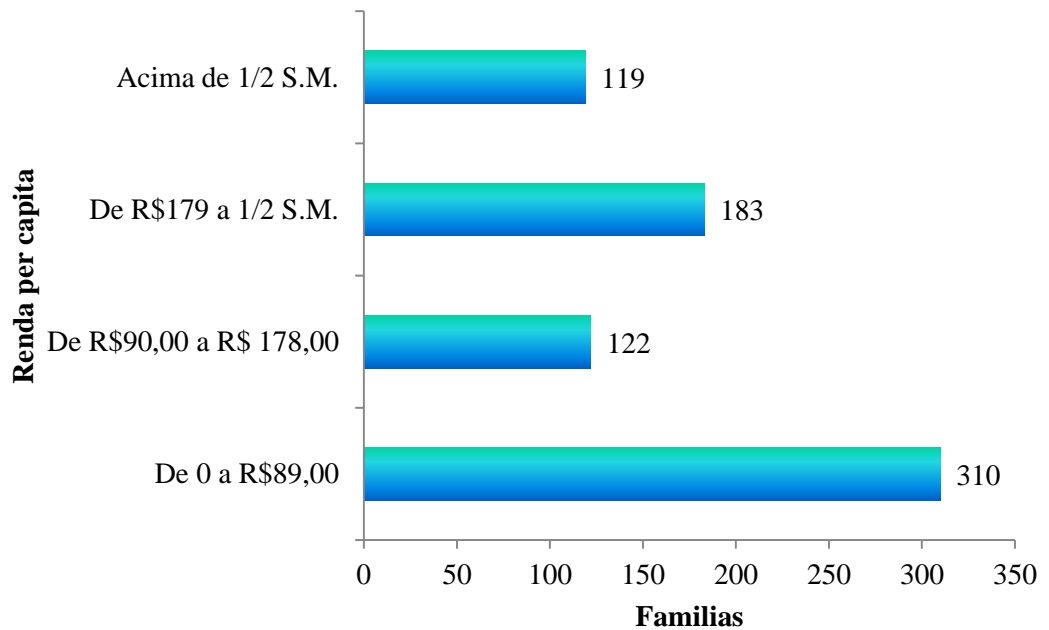
Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)

Autoria: Secretaria do Meio Ambiente (SEMA)

Dados do IBGE do ano de 2010 apontam que neste ano o Jardim Ipiranga possuía 1.392 domicílios e 5.461 moradores (média de 3,9 pessoas por moradia). Para traçar o perfil da população residente no bairro atualmente foram utilizados os Dados do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)², fornecidos pelo setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria da Cidadania (SECID).

Considerando o total de domicílios apontado pelo IBGE, 52,7% das famílias do Jardim Ipiranga estavam cadastradas no Cadastro Único em novembro de 2019. Sendo 734 famílias, 2.042 pessoas (média de 2,8 pessoas por família). O perfil de renda per capita das famílias cadastradas pode ser observada no gráfico abaixo:

Figura 3 - Distribuição da renda per capita das famílias do Jardim Ipiranga (Sorocaba, SP) constantes no Cadastro Único em novembro de 2019



Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria da Cidadania (SECID) – nov. 2019

Se compararmos o PIB per capita do município de Sorocaba no ano de 2017 (R\$4.164,16) com a renda per capita familiar apontada pelos dados do CadÚnico, pode se notar que a renda das famílias do Jardim Ipiranga é bastante inferior à renda média municipal.

Destaca-se ainda que das 734 famílias cadastradas, 670 responsáveis pelo domicílio declararam saber ler e escrever, portanto, 94 dos responsáveis pelos domicílios se declaram

² Cadastro Único é a ferramenta de coleta de dados utilizada pelo poder público para mapeamento das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. As informações do Cadastro Único são empregadas pelas três esferas de governo para viabilizar o acesso a programas sociais (em especial os de transferência de renda), bem como para o planejamento de políticas públicas.

não alfabetizados. A média de idade dos responsáveis pelos domicílios era de 42 anos, sendo que 204 cadastros possuíam o responsável familiar com idade inferior a 29 anos (Vigilância Socioassistencial – SECID – Nov. 2019).

O abastecimento de água do Jardim Ipiranga é realizado pelo Centro de Distribuição de Água (CD) Sorocaba I (Sorocaba, 2016a). Segundo informações fornecidas pelo SAAE, em novembro de 2019 o Bairro possuía 1.056 hidrômetros instalados, sendo o consumo médio de água mensal de 17.631m³. Este valor corresponde a 175 litros por pessoa/dia, considerando uma média de três pessoas por família/hidrômetro.

O Jardim Ipiranga é atendido pela Bacia de Esgotamento Sanitário do Itanguá (Sorocaba, 2016b). Ainda conforme informações disponibilizadas pelo SAAE, no mês de junho de 2020 o bairro possuía 1047 ligações de coleta de esgoto instaladas.

Ao examinar os referidos dados é possível observar que o número de ligações de esgoto é menor que o de instalação de água encanada, fato que revela a carência de nove residências onde o SAAE atende com água encanada, mas não atende com coleta e tratamento de esgoto.

Comparando o número de domicílios apontados pelo IBGE (1.392), com o número de hidrômetros instalados (1.056) e o de ligações de coleta de esgoto (1.047), podem ser observados o déficit de 336 domicílios sem ligação de água e 345 domicílios sem coleta e tratamento de esgoto. Tais dados podem sugerir residências sem instalação de hidrômetro ou de coleta de esgoto, abastecidas por ligações clandestinas, mais de uma família abastecida pelo mesmo hidrômetro, ou ainda residências que despejam os resíduos sanitários no afluente do Rio Itanguá.

O SAAE aponta ainda que no mês de novembro de 2019 dos 1.056 hidrômetros instalados apenas 40 eram atendidos pela Tarifa Social (Ato Municipal nº03/2015 – Institui a Tarifa Social no Município de Sorocaba). O número baixo pode ter relação com a dificuldade de atendimento aos critérios burocráticos para inserção no benefício.

Para ser contemplado com a tarifa social é necessário: estar cadastrado no Cadastro Único para Programas Sociais; ter renda per capita familiar compatível para o recebimento do Bolsa Família (até R\$178,00 para famílias cuja composição tenha crianças e/ou adolescentes em idade escolar e até R\$89,00 para famílias compostas por adultos); o hidrômetro estar registrado em nome do responsável; haver apenas um hidrômetro registrado em nome do responsável; haver apenas um hidrômetro por residência e não estar inadimplente com as

taxas e tarifas cobradas pelo SAAE (Ato Municipal nº03/2015 – Institui a Tarifa Social no Município de Sorocaba).

Em relação ao abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, os dados do Cadastro Único apontam que no mês de abril de 2020, das 736 famílias cadastradas no Jardim Ipiranga, apenas uma informa que o abastecimento de água é executado através de poço ou nascente, uma não possui banheiro em seu domicílio, três expressam possuir fossa séptica e uma declara dispor de fossa rudimentar.

A descrição detalhada sobre o abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto das famílias do Jardim Ipiranga cadastradas no Cadastro Único pode ser conferida na seguinte tabela:

Figura 4 - Condição de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto das famílias do Jardim Ipiranga (Sorocaba, SP) constantes no Cadastro Único em maio de 2020

Água canalizada no domicílio	
Sim	727
Não	1
Não informado	8
Forma de abastecimento de água	
Rede geral de distribuição	723
Poço ou nascente	1
Outra forma	4
Não informado	8
Existência de banheiro	
Sim	727
Não	1
Não informado	8
Forma de escoamento sanitário	
Rede coletora de esgoto pluvial	723
Fossa séptica	3
Fossa rudimentar	1
Não informado	9

Fonte: Vigilância Socioassistencial – Secretaria da Cidadania (SECID) – nov. 2019

Em relação aos equipamentos públicos, atualmente no Jardim Ipiranga estão localizadas três instituições de ensino municipal, sendo uma escola para atendimento de crianças do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental I, a Escola Municipal Prof. Irineu Leister e dois Centros de Educação Infantil (CEI), a CEI 50, Prof. Alípio Guerra Cunha e a CEI 69, Profª Ester Bueno de Camargo.

No campo da Assistência Social, o bairro foi atendido por um Centro de Integração Social (CIS), que após a aprovação da Política Nacional de Assistência Social do Ano de 2005 foi substituído pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), denominado CRAS Ipiranga.

Há ainda um Centro de Convivência municipal intitulado Território Jovem Ipiranga e uma unidade da Pastoral do Menor (Organização da Sociedade Civil que em parceria com o poder público oferece o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a crianças e adolescentes). O bairro conta ainda com uma praça pública, a Praça Etelvina Vieira de Miranda, localizada próxima à mina que auxiliou no abastecimento de água no período anterior à implantação da infraestrutura saneamento básico, esta área corresponde também à conhecida pelos moradores como Jardim Abatiá e por esta razão a praça é chamada de Praça do Abatiá.

Além dos equipamentos públicos localizados no Jardim Ipiranga, as crianças e adolescentes que frequentam o ensino fundamental II e médio são atendidos pela Escola Estadual Prof. Wilson Ramos Brandão, situada na divisa do Bairro com o Parque Ouro Fino. Para o acompanhamento em saúde na rede básica os moradores são atendidos pela Unidade Básica de Saúde (UBS) Wanel Ville, localizada no bairro de mesmo nome.

Na divisa do Jardim Ipiranga com o Parque Manchester estão instalados: a Casa do Cidadão Ipiranga, a Área de Transferência de Transporte Coletivo Urbano e a Praça Maestro Nilson Lombardi (Praça Ipiranga).

A Casa do Cidadão Ipiranga oferece diversos serviços descentralizados: o ponto o de atendimento da Dívida Ativa; o Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT); a Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba (URBES); o Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE); o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e os Correios.

Em relação à mobilidade urbana, na Área de Transferência os passageiros são atendidos pelas linhas do transporte coletivo urbano e ainda podem realizar a Integração Temporal (que permite aos usuários o deslocamento por todo o município com o pagamento de uma única tarifa). Na Área de Transferência Ipiranga percorrem dois ônibus da linha Interbairros, os quais ligam os bairros periféricos sem passar pelo Terminal Central (Interbairros I e II), e também as linhas Júlio de Mesquita e Santa Bárbara. Além das linhas de ônibus que atendem a Área de Transferência Ipiranga, as ruas internas do bairro compõem o itinerário da linha de ônibus Manchester/ Ipiranga.

Para melhor visualização sobre a instalação dos equipamentos que atendem os moradores do Jardim Ipiranga atualmente, segue tabela com informações sobre os anos de inauguração de cada um deles, em ordem cronológica.

Figura 5 - Inauguração dos Equipamentos Públicos que atendem os moradores do Jardim Ipiranga em ordem cronológica

Ano de Inauguração	Equipamento
1990	Centro de Integração Social (CIS)
1991	CEI 50 “Prof. Alípio Guerra Cunha”
1991	Escola Estadual “Prof. Wilson Ramos Brandão”
1992	CEI 69 “Prof. Ester Bueno de Camargo”
1998	Escola Municipal “Prof. Irineu Leister”
2002	Pastoral do Menor
2006	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Ipiranga
2007	Território Jovem
2008	Casa do Cidadão Ipiranga
2008	Área de Transferência de Transporte Coletivo
2008	Praça Maestro Nilson Lombardi (Praça Ipiranga)
2009	Unidade Básica de Saúde Wanel Ville
2018	Praça Etelvina Vieira de Miranda (Praça Abatiá)

Fonte: Autoria própria

Pode-se observar a partir da ordem cronológica que o primeiro equipamento público municipal a ser instalado no bairro se destinou ao atendimento referente à política de assistência social, o CIS. Tal fato pode ter ocorrido devido ao perfil das famílias moradoras que enfrentavam, além da carência de moradia, outras carências materiais, outro fator que pode ter contribuído para a instalação do CIS foi a necessidade da associação e moradores de haver um local capaz de abrigar reuniões, eleições e demais eventos da organização.

Por outro lado, a praça, que remete ao lazer e à socialização, só foi inaugurada no ano de 2018. Cabe salientar ainda que até os dias atuais esta não possui um conjunto de brinquedos para crianças, possui apenas uma academia ao ar livre voltada para os moradores adultos, o que remete à falta de olhar do poder público para o lazer e a socialização para as crianças e adolescente do bairro.

2.3 Questões importantes sobre o processo de urbanização do Jardim Ipiranga

O processo de urbanização do Jardim Ipiranga se iniciou no final dos anos de 1970 (Santos, 2009) através da ocupação a área onde estava localizada uma fazenda pertencente à família Matarazzo. A região se encontrava inutilizada após a falência da família, quando houve a incorporação do patrimônio pelo extinto BNH e posteriormente pela Caixa Econômica Federal.

As primeiras moradias foram construídas pelos próprios ocupantes em madeiras e lonas plásticas, sem que houvesse infraestrutura urbana alguma para habitação humana. Foram também os próprios moradores que se encarregaram pelas podas das primeiras árvores a fim de possibilitar a instalação de seus pertences.

A ocupação se deu em conjunto, pela população carente de moradia e por representantes do poder público, porém, de forma não institucionalizada, sem que houvesse um programa habitacional constituído para tal. Este fato concretiza o pensamento de Henry Lefebvre quando conclui:

(...) não é um pensamento urbanístico que dirige as iniciativas dos organismos públicos e semipúblicos, é simplesmente o projeto de fornecer moradias o mais rápido possível pelo menor custo possível. Os novos conjuntos serão marcados por uma característica funcional e abstrata: o conceito de habitat à sua forma pura pela burocracia estatal (LEFEBVRE, 2001, p. 26).

Desta forma o bairro foi gerado, rápido, a baixo custo e capaz de atender o conceito de habitação em sua forma pura. Durante a pesquisa foi possível compreender que todo processo de urbanização, conflitos, reivindicações e conquistas contou com a participação adjunta de membros da política municipal sorocabana.

O bairro foi inicialmente batizado de Jardim Lilo. Uma das versões que justifica este nome seria uma homenagem ao político Luiz Francisco da Silva³, que vice-prefeito e deputado estadual pelo município de Sorocaba. Através das entrevistas não foi possível a confirmação desta versão do nome Jardim Lilo, mas foi possível observar nos relatos que Luiz Francisco teve papel fundamental na ocupação da área.

A urbanização do Jardim Ipiranga evoluiu através do processo de ocupações, venda e troca de terrenos em um mercado imobiliário “informal”, além de conflitos internos pelo

³ Luis Francisco da Silva (PMDB e PSDB) foi vice prefeito do município de Sorocaba entre os anos de 1983 a 1986 e Deputado estadual de de 1987 a 1990

espaço e com o poder público por serviços de uso coletivo. O bairro contou com uma associação de moradores bastante atuante nas décadas de 1980 e 1990.

No Brasil, a década de 1980 correspondeu a um período bastante efervescente para os movimentos populares, segundo Gonh, (2005, p. 72) nesta fase houve “uma ampliação da pluralização dos grupos organizados, que redundaram na criação de movimentos, associações, instituições e ONGs”. Tal fenômeno nacional foi primordial para a estruturação do bairro objeto de estudo desta pesquisa.

Se por um lado o movimento de ocupação pela população destituída de moradia, aliada à posterior institucionalização da associação de moradores, obteve conquistas concretas em direção à luta pelo direito à cidade. Por outro, todo este processo teve uma relação muito próxima a campanhas eleitorais, desavenças políticas e vínculo pessoal com membros da política do município de Sorocaba, explicitando o caráter contraditório dos movimentos sociais.

Através da pesquisa não foi possível especificar o ano de instalação das estruturas de saneamento básico: distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto. O que foi possível identificar através deste trabalho é que toda a infraestrutura urbana foi concretizada de forma lenta e gradual e que a infraestrutura de saneamento básico foi instalada em duas fases, sendo contempladas algumas ruas ou casas a cada fase.

Até que todas as casas do Jardim Ipiranga recebessem a água através dos encanamentos, os moradores dos locais onde havia água encanada forneciam o recurso através de ligações clandestinas aos residentes de onde ela não chegava. É importante ressaltar que na década de 1980, período de ocupação do Jardim Ipiranga, o município de Sorocaba não possuía legislação que regulamentasse a ligação de água em territórios não regularizados, a Lei Municipal que permitiu a instalação de água encanada independente da regularidade do terreno foi aprovada apenas no ano de 1996 (Lei 5.100/96), porém, aparentemente as primeiras instalações se deram anteriormente a esta lei.

Para a regularização das moradias foi necessário recorrer à legislação de regularização fundiária, para tanto, a prefeitura do município de Sorocaba solicitou que Caixa Econômica Federal realizasse a concessão do terreno à municipalidade. A finalização do processo de doação do espaço se deu no ano de 1994 e após a área ser aprovada por meio de legislação municipal como Zona de Interesse Social (ZEIS), no ano de 2011, os primeiros moradores receberam a documentação de direito de uso e posse dos imóveis (Santos, 2009).

O nome do bairro, de “Jardim Lilu” para “Jardim Ipiranga” foi modificado através da iniciativa dos moradores, pois os primeiros anos da ocupação foram acompanhados de violência e conseqüente preconceito com os ocupantes. No ano de 1995 a associação de moradores organizou um plebiscito para a mudança do nome do bairro, na ocasião o nome ganhador foi Jardim Ipiranga, o qual permanece até os dias atuais, esta passagem histórica será melhor detalhada do capítulo 3.

Com o intuito de acompanhar a evolução do Jardim Ipiranga desde o início das ocupações, bem como a urbanização no seu entorno, seguem as imagens de satélite do bairro entre os anos de 1984 a 2002. A primeira imagem data do ano de 1984 quando não é possível visualizar a ocupação mesmo ela já tendo iniciada.

Nesta imagem é possível perceber também o quanto o bairro se encontrava a margem do centro urbanizado do município neste período. Como afirma Carlos (2017 p. 35):

Isso explicita, na escala do lugar, a justaposição entre morfologia social (de uma sociedade dividida em classe) e morfologia espacial (a cidade segregada pela existência da propriedade privada da riqueza que define acessos desiguais), como expressão dessa contradição. Nessa escala, o espaço urbano torna-se um meio e um poder nas mãos da classe dominante que, através das políticas públicas, direciona e regulariza os fluxos, centralizando, valorizando e desvalorizando os lugares da vida, e aprofundando desigualdades.

Imagem 5 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 1984



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

Na imagem do ano de 1990 é possível observar a ocupação parcial do bairro:

Imagem 6 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 1990



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

Já a imagem do ano de 2002 revela o Jardim Ipiranga totalmente urbanizado, esta imagem exhibe também o avanço da urbanização no entorno.

Imagem 7 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga no ano de 2002



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

De acordo com Lefebvre (2002, p. 24):

Os subúrbios, sem dúvida, foram criados sob a pressão das circunstâncias a fim de responder ao impulso cego (ainda que motivado e orientado) da industrialização, responder à chegada maciça dos camponeses levados para os centros urbanos pelo “êxodo rural”. Nem por isso o processo deixou de ser orientado por uma estratégia.

Com o avanço da urbanização ao redor do bairro, atualmente este se encontra inserido na malha urbana do município de Sorocaba. Porém, devido ao histórico de ocupação, o Jardim Ipiranga ainda permanece com características próprias, já que as obras foram concretizadas de forma diferenciada às exigências do plano diretor municipal e tiveram a aprovação legitimada através da legislação de regularização fundiária.

Os indicadores de renda – renda per capita local em comparação à renda per capita municipal – e os déficits de saneamento básico apresentados (ver páginas 37 e 38) demonstram que o histórico de ocupação, lutas pelo espaço, conflitos internos e disputas políticas também deixou impresso nos moradores o processo violência, segregação e contradições ao qual foram expostos na luta pelo direito à moradia e à infraestrutura urbana.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA DA PESQUISA: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS, APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

“Quando a gente veio morar aqui a gente passou que eu vou falar, água pra gente buscar, minha falecida mulher conseguiu trabalhar aqui no Ouro Fino, e a mulher dava água pra gente ir buscar de noite na cabeça.” (Entrevistado 3)

3.1 Considerações metodológicas

Este estudo teve como objetivo conhecer, analisar e interpretar a realidade da implantação da infraestrutura de saneamento básico, com foco na distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário em territórios urbanos iniciados através de ocupação popular. Para tanto foi utilizado como modelo de estudo de caso o bairro Jardim Ipiranga, localizado no município de Sorocaba.

Esta pesquisa foi pautada na metodologia de natureza qualitativa. A partir da premissa de que: “A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.” (MINAYO, 2020, p.26), a aproximação da complexa totalidade que abrange a realidade humana, pode ser alcançada através da metodologia de natureza qualitativa.

Ainda conforme Minayo (2020, p.23):

O pesquisador que trabalha com estratégias qualitativas atua com matéria prima das vivências, das experiências, da cotidianidade e também analisa as estruturas e as instituições, mas entendem-na como ação humana objetivada. Para esses pensadores e pesquisadores, a linguagem, os símbolos, as práticas, as relações e as coisas são inseparáveis.

Os procedimentos metodológicos que pautaram o estudo foram fundamentados em Gil (2008). Segundo o autor, o método aplicado para esclarecimento dos procedimentos lógicos de investigação foi o método dialético, visto que este:

Fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da sociedade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma (GIL, 2008, p. 14).

O meio técnico empregado para assegurar a objetividade e a precisão do estudo foi o método monográfico, que “parte do princípio de que o estudo de um caso pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc.” (GIL, 2008, p. 18)

O quadro teórico ou quadro de referência em que se amparou a pesquisa foi o materialismo histórico, já que:

Quando, pois, um pesquisador adota o quadro de referência do materialismo histórico, passa a enfatizar a dimensão histórica dos processos sociais. A partir da identificação do modo de produção em determinada sociedade e da sua relação com as superestruturas (políticas, jurídicas etc.) é que ele procede à interpretação dos fenômenos observados (GIL, 2008, p. 22 e 23).

Por fim, o delineamento aplicado para o planejamento da pesquisa foi o estudo de caso, de acordo com Gil (2008, p. 57) “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da UFSCar, seguindo as recomendações da Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Foram entrevistados seis moradores que participaram do início da ocupação e ainda residem no Jardim Ipiranga, estes foram selecionados a partir da própria fala dos habitantes do bairro que indicaram os sujeitos que poderiam contribuir através das entrevistas. Com o propósito de obter uma visão mais global do período, foram entrevistadas três sujeitos que fizeram parte da associação amigos de bairro e três que não tiveram participação no movimento de forma institucional.

O primeiro contato com os entrevistados foi efetuado para apresentação da pesquisadora e dos objetivos da pesquisa, bem como para realização do convite para a participação. Diante da disponibilidade dos sujeitos foi formalizado o agendamento para as entrevistas, que foram realizadas nas residências dos entrevistados, de modo a respeitar a

disponibilidade e o conforto dos sujeitos, preservar sigilo e evitar constrangimento. Ressalta-se que foram tomadas as medidas de segurança para prevenção da COVID 19.

Para realização das entrevistas foi aplicado um formulário semiestruturado como instrumental de coleta de dados, o qual se encontra anexo a este trabalho. A fim de garantir a eficiência em relação a este instrumental, foi realizada uma entrevista prévia com um dos sujeitos, não havendo a necessidade de modificação, dada a eficácia comprovada. O período estabelecido para a realização das entrevistas foi de dezembro de 2020 e janeiro de 2021 e tiveram a duração média de 40 minutos.

Mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) as entrevistas foram registradas com recursos de captação de áudio e posteriormente transcritas. O TCLE foi assinado em duas vias, sendo que uma cópia, devidamente assinada pela pesquisadora e pelo orientador, ficou com o participante e outra com a pesquisadora. A cópia do termo está anexada ao trabalho.

3.2 Apresentação dos sujeitos

Como já apontado, foram entrevistados seis sujeitos residentes do Jardim Ipiranga e que de alguma forma tenham acompanhado a implantação da infraestrutura de saneamento básico no bairro. Os entrevistados serão apresentados na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

O entrevistado número 1 se mudou para o bairro aproximadamente no ano de 1988 e foi presidente da associação de moradores do Jardim Ipiranga por três mandatos. Relatou que antes de sua mudança para o Jardim Ipiranga morava no bairro João Romão, onde também era presidente da associação de moradores, que compreendia os bairros João Romão, Vila Zacarias e Sabiá, bairros também provenientes de ocupação, localizados na zona sul no município de Sorocaba.

Informou ainda que no João Romão teve a experiência de vivenciar a privação de saneamento básico *“lá (João Romão) não tinha água, não tinha rede de esgoto, não tinha luz, lá não tinha posto de saúde, não tinha nada, tinha uma mina d’água que era no fundo da minha casa e usava as três vilas, pra beber água e pra lavar roupas.”*

O entrevistado número 2 se mudou para o bairro com os avós por volta do ano de 1990, quando tinha aproximadamente quatro anos de idade. Comunicou que residia com os

avós em um bairro próximo ao Jardim Ipiranga, o bairro Ouro Fino. Atualmente constituiu família e adquiriu sua própria casa no Jardim Ipiranga, possui também um comércio no local. Avaliou o processo de evolução do bairro, valorizando as lutas para implantação do saneamento básico: *“As vezes a gente comenta quando eles trouxeram a água para o bairro eles tiveram que cortar na picareta as ruas pra passar canos”*.

O entrevistado número 3 se mudou para o Jardim Ipiranga com a esposa e os filhos aproximadamente no ano de 1982, sua mãe e os irmãos ocuparam o terreno ao lado do seu. Foi o mais o antigo morador a ser entrevistado e participou da associação de moradores como diretor de esportes.

A entrevistada número 4 se mudou para o bairro com o esposo e filhos aproximadamente no ano de 1989. A princípio sua família veio do estado do Mato Grosso do Sul para Sorocaba a fim de buscar melhores condições para o tratamento de uma das filhas (não soube precisar o problema de saúde da criança). Relatou que participou da associação de moradores na função de diretora social e que seu ex-esposo, hoje falecido, foi presidente da associação por mais de um mandato, não soube informar ao certo a quantidade de mandatos.

A entrevistada número 5 se mudou para o bairro aproximadamente no ano de 1986. Informou que residia na Vila Zacarias com seus filhos, quando o pai veio do Estado de Minas Gerais para residir no município de Sorocaba e adquiriu um imóvel no Jardim Ipiranga. Com o intuito de permanecer mais perto do pai vendeu sua casa para também adquirir um imóvel no Jardim Ipiranga: *“eu morava lá na Vila Zacarias, ficava longe pra mim vim de lá aqui pra visitar ele e eu queria tá perto dele porque fazia mais de dez anos que eu tava longe do meu pai”*.

A entrevistada número 6 se mudou para o bairro com os pais e um irmão por volta do ano de 1990 quando tinha aproximadamente 11 anos de idade. A família era proveniente de área rural do município de Capão Bonito, em busca de melhores condições de trabalho se mudaram para o município de Sorocaba, a princípio a família residiu na Vila Haro e conheceu o Jardim Ipiranga através de uma das tias. O pai e o irmão se mudaram do imóvel e a mãe é falecida, atualmente reside com o marido e os filhos no local, que ainda está registrado em nome da mãe da entrevistada.

3.3 Análise e interpretação dos dados

Para a análise e interpretação dos dados, as informações obtidas através das entrevistas foram transcritas e posteriormente agrupadas em categorias, conforme descreve Gomes (2020, p. 80): “A categorização tanto pode ser realizada previamente, exigindo um conhecimento sólido por parte do pesquisador para encontrar um esquema classificatório adequado ao assunto a ser analisado, como pode surgir a partir da análise do material de pesquisa.”

Nesta pesquisa as categorias foram agrupadas a partir do material obtido nas entrevistas. Tais categorias foram elencadas a partir dos momentos históricos marcantes para os moradores do Jardim Ipiranga na luta pelo direito ao saneamento básico e à reprodução da vida na cidade.

As categorias foram agrupadas em:

- Ocupação do bairro;
- Estratégias para acesso à água e escoamento de esgoto;
- Participação nas lutas populares e implantação da infraestrutura de saneamento básico.

Com o objetivo de dar significado à realidade apreendida através das falas dos entrevistados, a interpretação dos dados foi realizada buscando subsídios junto à fundamentação teórica da pesquisa.

3.3.1 Ocupação do bairro

O mais antigo morador do Jardim Ipiranga entrevistado nesta pesquisa foi o entrevistado número 3, que se mudou para o Bairro aproximadamente no ano de 1982. Sobre o processo de mudança iniciou sua fala relatando que se mudou com a esposa e os filhos. A mãe e os irmãos ocuparam o terreno ao lado. “*Quando a gente veio tinha nós (cita três nomes), não tinha mais ninguém e aí aqui tinha uma mangueira bem no centro dessa esquina que tá aqui, é essa daqui, e aí tinha tocos, a gente teve que tirar tocos.*”

Seguiu seu relato discorrendo sobre o processo de ocupação:

Eu fiquei sabendo que o Luis Francisco e o Barão⁴, acho que é falecido já, era do tempo do Theodoro Mendes⁵, que eles tavam doando uma terra da Matarazzo, que aqui do lado tinha uma casinha de barro ali (apontou o lugar com as mãos), que era terra da Matarazzo aqui, e eles tavam doando, só que pra pagar mil reais por mês na época, aí como o Luis Francisco entrou junto com o vereador e o Teodoro, ele passou para o pessoal pra não pagar nada. (Entrevistado número 3)

É possível perceber através desta fala que, embora não institucionalizada, houve a participação estratégica por parte do poder público na ocupação do bairro. Theodoro Mendes era o prefeito do município de Sorocaba no ano de 1982 e Luiz Francisco foi vice prefeito a partir de 1983 e foram estes os nomes citados como sendo os responsáveis por estarem “doando os terrenos” para a população, que estava em busca da efetivação do direito à moradia, mesmo que seja em sua forma mais pura de habitat.

O trabalho braçal de desmatamento foi realizado pelo próprio morador. Este fato ficou claro no relato sobre um diálogo entre sociedade civil e poder público.

Ele falou: tem dois terrenos lá em cima que tem uns tocos que ninguém quis, que é esse e aquele (aponta com as mãos), tem uns tocos de eucalipto gigante, ninguém quis tirar eles. Ele falou: a prefeitura não dá máquina, eles têm enxadão, eu falei, se o Senhor me doar pra mim os dois terrenos...(Entrevistado número 3)

Os dois terrenos citados e apontados com as mãos foram ocupados por sua família e é onde residem até os dias atuais. Em um dos registros fotográficos fornecidos pelo entrevistado é possível visualizar as crianças do bairro em um dos troncos de árvore que foram retirados a fim de permitir a instalação das moradias na área.

4 Não foi possível identificar a pessoa chamada de Barão nesta fala.

⁵ José Theodoro Mendes (PMDB) foi deputado federal de 1974 a 1976, renunciou para assumir a prefeitura do município de Sorocaba, onde permaneceu de 1977 a 1982 e posteriormente foi eleito deputado estadual por mais dois mandatos consecutivos, de 1983 a 1990.

Foto 1 – Crianças moradoras do bairro em uma das árvores derrubadas para a urbanização



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado

Ainda conforme relato do entrevistado número 3, a intenção do poder público era solicitar que as residências fossem construídas em alvenaria, não em lonas ou placas de madeira compensada (madeirite), porém afirmou que os moradores não tiveram condições de atender a esta expectativa, incluindo ele e sua família: *“Quando eu vim pra cá com a minha mãe eu fiz aqui no fundo uma casona de barraco porque eu não tinha dinheiro. Eu trabalhava na prefeitura, eu ia a pé e daí fui conquistando um material assim, cinco tijolo, dez tijolo. Areia eu pedia então eles davam e fui construindo.”*

Assim, a construção da moradia como local capaz de fornecer a segurança necessária ao trabalhador foi realizada de forma gradual, o entrevistado utilizou a palavra conquista para se referir ao material necessário para a obtenção da casa de alvenaria, o que nos remete a um processo árduo de construção, em um processo de ocupação desordenado. Em relação ao panorama do bairro no período da ocupação, a fala também remete a um percurso árduo: *“Na época que a gente veio era lodo, chão a passagem, nós não tava pisando como nós tamo pisando, então a passagem lá vindo pra trás foi muito cruel (...) Tinha esgoto pra rua, era assim terraõ vermelho.”*

Já a entrevistada número 5 se mudou para o bairro por volta do ano de 1986 com o companheiro e os filhos. Vendeu sua casa na Vila Zacarias com o planejamento de

permanecer um período na casa do pai no Jardim Ipiranga e posteriormente adquirir uma casa no mesmo bairro, apesar de não haver um mercado mobiliário formal para comercialização dos terrenos e dos imóveis neste período.

Após a mudança para a casa do pai, conheceu de perto suas condições de moradia e utilizou o recurso que tinha para auxiliá-lo: “*eu peguei e vendi minha casa lá na Vila Zacarias pra mim comprar perto do meu pai, só que daí eu me senti assim vendo que a casa que ele comprou tava bem em estado assim precário sabe.*” Tendo utilizado todos os seus recursos não teve condições para aquisição de um novo local de moradia para sua família.

Na residência, além da família da entrevistada e o pai, residiam também suas irmãs e sobrinhos e em poucos meses a convivência familiar se tornou penosa:

Eu tava desiludida na casa do meu pai porque tava morando muita gente, muita gente na casa do meu pai sabe? Tava eu, tava minhas irmãs, sobrinhos sabe, e tava acontecendo umas coisas assim meio desagradável sabe, então inclusive ficavam falando que meus... me humilhando por causa dos meu filhos sabe. Aí eu peguei, pedi pra Deus, pra Deus ajudar que eu conseguisse um lugar pra mim e meus filhos, pra mim criar meus filhos porque eu já não tinha mais casa. (Entrevistada número 5)

Passou a compartilhar sua história e a necessidade de moradia, na entrevista detalhou a proposta realizada por uma das vizinhas:

A Senhora tá vendo aquele poste? Eu falei tô. Ela falou ali, dali pra baixo vai ser invadido, só que eu já invadi uma parte, ali um terreno e eu na verdade pensei bastante e eu vou passar pra vc, eu vou ceder ele pra vc, aí eu fiquei pensando sabe? Falei: Aí meu Deus, e agora? É pegar ou largar... pegar ou largar. Aí eu pensei, pensei, pensei. Falei: quer saber de uma coisa? Eu vou pegar porque eu não tenho outra alternativa, aí ela pegou e passou pra mim, aí eu vim aqui, fechei... fechei com arame inclusive aqui (aportou o lugar com as mãos), depois eu comprei umas tábuas sabe? Umas madeirite e fiz um barraco aqui, aí entrei pra dentro do barraco. (Entrevistada número 5)

É possível compreender a partir da fala que a ocupação foi impulsionada pela necessidade de morar. A primeira construção foi realizada em madeirite, posteriormente e de forma gradativa, realizou a construção de alvenaria “(...) *quando eu fiz a casinha ali foi nos anos 90 que eu consegui fazer dois cômodos, fiz um cômodo primeiro, depois fiz outro.*” Assim, o direito à habitação foi efetivado via ato de apoderar-se do espaço, já que não houve condições de ser assegurado de forma individual no mercado imobiliário, tampouco por políticas públicas de habitação.

Sobre as condições gerais de mobilidade e organização espacial do bairro no período da ocupação destacou: *“daqui da parte de cima pra baixo era um beco. (...) um caminho estreito, como é que chama? Trilho né, era quase um trilho assim largo e cheio de capim de um lado e do outro assim, e o povo fez casa no meio do sapé pra aqui abaixo.”*

O entrevistado número 1 se mudou para o bairro em torno do ano de 1988, conforme relatou, sua mudança para o Jardim Ipiranga já tinha como horizonte a participação na associação de moradores local.

Em 88 eu entrei, tava sem água sem luz sem nada. O Getúlio⁶ era presidente da Associação, mas o Getúlio não fazia nada, não tinha força, aí como eu trabalhava lá no gabinete falei com o Paulo⁷, falei Paulo, tem que dar um jeito, vamos dar um jeito lá, tinha o Luiz Francisco, porque foi o Luiz Francisco que deu isso aí. (Entrevistado número 1)

Nesta fala não há possibilidade de identificar relação de trabalho entre o entrevistado e o prefeito em exercício no ano de 1988, Paulo Mendes. Através de seu relato é possível inferir que ele poderia estar de referindo ao trabalho formal no gabinete no prefeito ou ao trabalho como presidente da associação de moradores da Vila Zacarias, onde atuou durante aproximadamente dez anos. A experiência do entrevistado no trabalho em territórios de ocupação pode indicar a repetição de um padrão de urbanização.

Informou ainda que sua casa na Vila Zacarias foi trocada por um *“barraco”* (palavra do entrevistado) no Jardim Ipiranga, onde *“Nem rua tinha direito, era só trio assim e barraco, não tinha nem rua.”* Relatou que a participação do poder público na figura de Luiz Francisco, deputado estadual no ano de 1988, e da prefeitura municipal na ocupação dos terrenos: *Não foi assim uma invasão (entonamento), foi o Luiz Francisco que colocou, ele era deputado na Época, ele mandou cortar terreno pra turma e (risos) a prefeitura veio, mediu os terrenos pra turma e deu, davam o terreno.*

A participação do prefeito Paulo Mendes foi além da indicação do entrevistado para a presidência da associação de moradores e da divisão dos terrenos. O entrevistado explicou que o político auxiliou no envio de terra para a construção das casas à população que não tinha condições para a aquisição de cimento: *“eles pediam 10, 12 caminhões de terra pra poder levantar casa, eu ligava lá e falava pra vim 10 caminhões de terra (...) na hora vinha um caminhãozinho de terra”*. Conclui-se assim que o poder público, mesmo sem um

⁶ Não foi possível identificar o papel de Getúlio na associação de moradores, tampouco na ocupação do bairro.

⁷ Paulo Francisco Mendes (PMDB, PFL e PSDB) foi vereador do ano de 1982 a 1985, foi prefeito de Sorocaba de 1987 a 1988 e 1993 a 1996 e vereador por três eleições consecutivas, permanecendo no cargo de 2000 a 2011.

programa habitacional formal, teve participação em vários processos ao longo da ocupação do bairro.

O político Luiz Francisco também foi citado pela entrevistada número 4 que chegou na Jardim Ipiranga aproximadamente no ano 1989. Relatou que ao se mudar do estado do Mato Grosso para Sorocaba foi acolhida provisoriamente por uma amiga, procurava um local para morar com sua família de forma definitiva quando soube do ainda chamado Jardim Lilu através de uma fala no transporte coletivo: *“Aí quando foi um dia eu voltando da casa dela, tava vindo no ônibus, olha pra você ver que coisa interessante, eu tava vindo no ônibus eu escutei uma senhora falar assim, oia lá em cima no Jardim Lilu tá dando terreno e é o Luiz Francisco”*.

Expressou surpresa ao ter a informação sobre os terrenos no transporte coletivo, aparentemente não esperava ter iniciado a busca pelo o direito à habitação através de uma fala em um local aparentemente informal, de que o político estaria “doando os terrenos”. Seguiu narrando que desceu do ônibus imediatamente e tomou outra condução até o Jardim Lilu:

Aí eu cheguei aqui (Bairro Ipiranga) me falaram assim: Olha, o escritório do Luiz Francisco é em tal lugar assim, assim, cê vai lá que ele dá um terreno pra Senhora. Menina do céu lá vai eu de novo e tudo eu pedia socorro no ônibus porque eu não tinha passe de ônibus e o outro (marido) não queria ir comigo que ele tinha vergonha de tudo, e eu não, eu não tenho vergonha de nada, eu queria saber que eu queria um lugar pra mim morar. (Entrevistada número 4)

Quando chegou ao escritório foi recebida pelo próprio Luiz Francisco que deu a ordem para que outra pessoa a acompanhasse até o bairro e efetuasse a “marcação” do terreno. Em sua fala *“chegamos lá ele bateu na mesa e falou assim, pega essa mulher aqui com essa caminhonete aqui e leva lá e marca um terreno pra ela, aí ele trouxe eu, marcou o terreno”*. Não foi possível identificar quem fez o trabalho de “marcar” o terreno.

A primeira casa foi construída com doações de tijolos e terra, porém, seu relato revelou a fragilidade e o risco real desta forma de construção:

Eu fiquei sabendo que tava dando tijolo pra construir lá na olaria, lá no Guaíba, aí fui lá, pedi os tijolo, aí fiz dois cômodos, daqui pra cá, (aporntou o lugar dentro da casa) olha, eu vou contar pra você, eu fiz esses dois cômodo de tijolo mas de saibro, não tinha cimento, a gente não tinha cimento, eu fiz esses dois cômodo de saibro, e choveu seis meses e o saibro desmontou caiu os dois cômodos em cima de mim, eu fui parar lá em baixo com as duas criança, eu fiquei debaixo do chão, o pessoal escavucando e o bombeiro chegou tudo e eu levando choque lá embaixo, as criança minha

não morreu porque a gente tava com edredom bem forte e o edredom protegeu, a minha filha tem um cortinho até hoje assim, uma lembrancinha que ela tem, e ali minha fia eu fiquei sem nada, nada, nada, só com a roupa do corpo. (Entrevistada número 4)

Após este episódio recebeu o auxílio da igreja através dos vicentinos para a edificação da casa onde reside atualmente. Refletiu sobre as críticas que Luiz Francisco recebeu após a ocupação e manifestou gratidão ao político:

Teve muita confusão com ele, o povo lógico crucificaram ele, foi uma confusão, mas ele conseguiu entrar e conseguiu sair da situação”, em seguida diz ser muito agradecida pelo apoio que recebeu “Quando a gente chegava no escritório dele era ele que tava lá, e eu vou falar bem a verdade eu agradeço ele todos os dias por hoje eu tá aqui porque se não fosse ele eu não sei o que seria da minha vida, eu e as minhas filhas. (Entrevistada número 4)

Os entrevistados número 2 e 6 se mudaram para o bairro ainda crianças, por volta do ano de 1990. O entrevistado número 2 residia com os avós no bairro Ouro Fino, que se localiza ao lado do Jardim Ipiranga e revelou que os avós compraram o terreno a um valor abaixo do mercado imobiliário: “*um preço bem abaixo, hoje é valorizado o terreno aqui, antigamente a turma pegava terreno, trocava por cavalo, trocava por televisão, hoje é difícil*”. Possivelmente o valor comercial baixo e as trocas a itens de baixo valor comercial se deram devido à falta de regularização dos terrenos, já que embora tenha havido participação do poder público, este não se deu de forma a se responsabilizar pelo registro legal dos imóveis.

Completo seu raciocínio concluindo que a aquisição de um terreno no espaço urbano a um valor irrisório foi a oportunidade que pessoas com menor poder de compra tiveram para adquirir moradia:

Uma oportunidade porque tava crescendo o bairro, tinha terra, porque hoje pra você morar dentro do bairro do Jardim Ipiranga é um bairro abençoado, você tem de tudo, mas antigamente foi uma oportunidade pra quem não tinha terreno. (Entrevistado número 2)

Já família da entrevistada numero 6 é proveniente da área rural do município de Capão Bonito, ao se mudar para Sorocaba residiu provisoriamente na Vila Haro, enquanto uma das tias já residia no Jardim Ipiranga: “*Quando nós viemos do sítio pra cá eu morava na vila Haro, daí nós vinha passear aqui na casa dela que era o antigo Lilu*”. Através desta tia os

pais da entrevistada tomaram conhecimento sobre um local no Jardim Ipiranga a ser comercializado: “Ela (a tia) ficou sabendo por uma amiga dela, a minha mãe veio ver tudo né porque foi vendida a casa do capão bonito, minha mãe veio ver tudo e ficou com o barraquinho. Ela comprou pela venda da casa do Capão Bonito ela comprou aqui”.

Discorreu ainda sobre um conflito em relação à negociação do imóvel, anteriormente à aquisição por seus pais, por esta razão sua mãe tomou as providências para que a vendedora o desocupasse o mais rápido possível:

Só que esse terreno foi vendido por duas vezes, foi vendido uma vez a pessoa não saiu, aí depois vendeu pra minha mãe, daí na hora que vendeu pra minha mãe já veio com tudo as coisas já, aí já ajudou dar banho nas crianças pra mulher poder sair, se não a mulher não saía. Ia vender e ia continuar aqui, que a outra vez que ela fez isso, aí quando nós já tava aqui apareceu outro dono, minha mãe falou agora não vou sair não, já paguei, já entrei aqui dentro, a outra que comprou perdeu o terreno. (Entrevistada número 6)

Mais uma vez é possível observar um procedimento comercial paralelo às negociações do setor imobiliário formal. Se por um lado esta negociação é a opção possível aos indivíduos privados de moradia devido ao sistema excludente, por outro lado, como as autoconstruções, esta forma de comércio pode representar um risco aos envolvidos.

Destacou a ausência de recursos de infraestrutura urbana, enfatizando o saneamento básico: “só que na época não tinha água, não tinha luz, nós emprestava uma luzinha de um vizinho que morava aqui num barraquinho, e ali tinha a mina”, tais recursos são necessários para a reprodução da vida nas cidades e conforme já apontado, sua ausência pode oferecer um risco real à vida humana. Complementou sua fala com o relato de um acidente fatal ocasionado pela ausência de estruturas de saneamento básico que permitissem o escoamento das águas pluviais:

Não sei se você ouviu falar que uma menina que foi arrastada pela enxurrada? Foi parar lá embaixo? Uma menina de oito anos. O nome Érica, o nome da menininha. Faz tempo, do tempo que nós pegava água na mina ainda. Eu sei que a mãe dela tava lavando roupa aí a mãe dela foi embora, daí veio aquela enxurrada assim e ela foi pegar o chinelinho, nossa deu até dó. Morreu. (Entrevistada número 6)

Durante as entrevistas os moradores destacaram fatos significativos relacionados à violência, segregação dentro do próprio bairro e preconceito com os moradores do Jardim

Lilu no início da ocupação. Algumas passagens foram evidenciadas na pesquisa devido à importância para o processo de urbanização do bairro.

O entrevistado número 1 relatou que por um período houve uma espécie de pedágio para entrada no Jardim Ipiranga: *“Ali no CIS, era mangueira, a turma então fechava, e ficava, ninguém passava, tinha que pagar pedágio”*. A entrevistada número 4 acrescentou: *“Quando nós entramos aqui, pensa num sofrimento de tudo, tudo que você imaginava, era bandido, fazia pedágio, até eu ia lá pra fazer o povo... abria pedágio.”*

O entrevistado número 3 completou dizendo sobre a necessidade da busca pela força policial a fim de equacionar a questão:

A associação teve que ir no batalhão, que pedisse um reforço porque, tinha mulher que saía pra trabalhar, a gente saía de madrugada, os caras pediam dinheiro pra gente pra droga e a gente tinha que dar, é tipo de um pacto pra pagar, assim de um pedágio, aí a cavalaria foi montada ali e ficou um ano, daí estabilizou o bairro. (Entrevistado número 3)

Em uma das passagens de sua fala, a entrevistada número 4 expôs a rotina de violência e mortes e destacou seu papel nas providências relativas aos enterros, salientando novamente o risco real à vida humana contido em um processo de urbanização iniciado sob uma suposta falta de planejamento do poder público e efetivamente não legalizado:

Eu enterrei mais ou menos uns trezentos bandidos, eu tinha a carteirinha da Ossel e da Ofebas né, então eu ia lá pegava o caixão, com aquele que não podia eu ia na prefeitura, pegava atestado de óbito, gente morreu na minha mão, eu enterrei gente sozinha lá no cemitério, só eu e o coveiro. (Entrevistada número 4)

Um dos relatos remeteu à segregação dentro do próprio bairro, segundo o entrevistado número 3, um dos motivos que levou a esta segregação foi chegada da infraestrutura urbana (como a água encanada e o asfalto). Na medida em que os recursos foram instalados, os moradores que puderam pagar pelas melhorias as receberam, os que não podiam custeá-las se mudaram para a periferia do próprio bairro, a chamada *“parte de baixo”*: *“as pessoas mais ruinzinha que era do grupo da lasca aí, da guerra começou ir pra baixo e os melhores pra cima”*.

Revelou ainda que um grupo de moradores do Jardim Ipiranga exercia liderança no local e obrigava os habitantes responsáveis por conflitos internos a se mudarem para esta mesma periferia, a *“parte de baixo”* do bairro. *“O povo de lá de baixo não subia pra cima*

porque a parte de cima era mais civilizada debatia com a parte de baixo, assim, aqui índio cacique mais forte, índio lá embaixo cacique mais fraco.” Tal processo demonstra o preconceito de classe dentro de uma mesma classe.

Ao longo do tempo a rivalidade entre os polos se intensificou a ponto de a área chamada de *“parte de baixo”* pelo entrevistado receber outro nome: Jardim Abatiá. Destaca-se que o Jardim Ipiranga é localizado em uma região íngreme sendo a área nomeada Jardim Abaitá a geograficamente mais baixa de toda a região, ressalta-se ainda no Jardim Abatiá está localizada a mina que abasteceu periodicamente o bairro e que houve um período de grande poluição da água e ao seu redor, este fato pode ter auxiliado no aumento da rivalidade e do preconceito.

A separação entre os dois bairros não foi considerada na realização desta pesquisa devido a três pontos principais: não há delimitação clara entre o Jardim Ipiranga e o Jardim Abatiá; o município de Sorocaba não tem legislação que regulamente a delimitação de bairros a partir da nomenclatura das ruas e a urbanização das áreas ocorreram de forma conjunta.

A violência foi ainda motivo de preconceito aos moradores do Jardim Lilu. O entrevistado número 2, que se mudou para o bairro ainda criança, tem a lembrança de quando residia no bairro Ouro Fino: *“E era um bairro meio perigoso também, era um bairro discriminado porque a turma falava de Lilu, que nem eu já morei no Ouro Fino, quando falava de Lilu nós corria da turma, era um bairro mais assim perigoso”*. Devido a este motivo, os moradores optaram pela mudança do nome do bairro, no ano de 1994 a associação de moradores organizou um plebiscito, na ocasião o nome ganhador foi Jardim Ipiranga.

3.3.2 Estratégias para acesso à água e escoamento de esgoto

Embora nas décadas de 1970 e 1980 já houvesse provas suficientes de que o saneamento básico impede a contaminação de cursos d’água prevenindo a degradação ambiental e a disseminação de doenças de veiculação hídrica, os moradores do Jardim Ipiranga enfrentaram a privação do saneamento básico nos primeiros anos da ocupação. Este fato os levou à busca de estratégias para utilização da água e escoamento do esgoto.

Foram relatadas três estratégias para acesso à água: minas existentes nas proximidades do bairro, caixas d’água e caminhões pipa cedidos pelo SAAE e a utilização compartilhada

após as primeiras instalações. Para escoamento de esgoto foi relatada apenas uma única forma: a fossa.

O entrevistado número 3 informou que mesmo existindo uma mina dentro do Jardim Ipiranga buscava água em uma mina no bairro ao lado, chamado Júlio de Mesquita. Neste período a mina existente no Jardim Ipiranga se encontrava contaminada devido à ausência de infraestrutura de escoamento de esgoto: *“Tinha uma mina lá embaixo, mas era contaminada porque o pessoal fazia fossa e a fossa despejava resíduo na mina, daí ela foi isolada”*. A imagem a seguir mostra a localização aproximada da mina dentro do Jardim Ipiranga, ressalta-se que há uma Área de Preservação Permanente ao seu redor.

Imagem 8 – Localização aproximada da mina dentro do Jardim Ipiranga



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)

Delimitação da área estudada: autoria própria

Outra estratégia relatada pelo entrevistado número 3 para utilização de água foi através da residência em que a esposa trabalhava: *“Quando a gente veio morar aqui a gente passou que eu vou falar... água pra gente buscar, minha falecida mulher conseguiu trabalhar aqui no ouro fino, e a mulher dava água pra gente ir buscar de noite na cabeça”*.

Já a entrevistada número 4 citou ter utilizado por um período a água da mina localizada no Jardim Ipiranga e descreveu os momentos da comunidade ao redor da água como um hobby: *“As pessoa ia lavar roupa, era até bonito ver sabe? Eu gostava porque pra mim aquilo ali era um, nossa era um hobby, assim uma coisa muito bonita, lavar roupa e o*

povo buscar água.”. A fala emerge o que aparentou ter sido, em sua subjetividade, um momento de socialização tendo como plano de fundo a busca pelo direito à água.

Em seguida relatou sobre os esforços da associação de moradores em manter a limpeza da Área de Preservação Permanente e conseqüentemente a água da mina em condições de uso, porém, seguiu explanando o posterior impedimento na utilização desta água:

A gente ia lá, a gente falava pra eles não sujarem porque a gente que comandava, eu que comandava mais o meu ex marido, a gente ia lá, a gente ia arrumar; era muito bonito, depois começou a dar problema nessa água entupir lá não sei o que, aí os caminhão pipa vinha trazer as água pra gente, aí vinha aqueles caminhão pipa bem cedo e de tarde. (Entrevistada número 3)

Ao dizer “*dar problema*” ou “*entupir*” poderia estar se referindo à contaminação da água da mina causada pela ausência de saneamento básico

A entrevistada número 6 apontou a busca da água nos caminhões pipa como a principal estratégia adotada por sua família para garantir o acesso à água. Como o caminhão parava longe de sua residência, o pai adquiriu uma mangueira: “*Não sei se você vai em sítio assim que eles tem aquelas mangueira lá pra ficar aguando horta?*”.

Segundo a entrevistada, o pai:

Comprou aquelas mangueirona preta, daí da mangueirona preta vinha trazendo água até pra nós, só que daí tinha que três horas da manhã em ponto pra puxar água da mangueira lá e ponhar na mangueira pra trazer até aqui em casa se não já não tinha mais água. (Entrevistada número 6)

Porém, ainda que a família acordasse às três horas da madrugada para encaixar a mangueira no caminhão pipa, por vezes a água era desviada por outros moradores e o trabalho era perdido: “*mas pra isso tinha que sair três horas da manhã, isso quando as pessoas... tinha um rapaz ali que desviava água pra casa dele e se fosse falar ele achava ruim ainda.*”. Neste caso a alternativa era a retirada da água da mina: “*Quando não tinha água na pipa, que não dava pra pegar, nós pegava água da mina, só que a minha mãe fervia né, não tinha filtro, daí ela fervia pra nós tomar*”.

O entrevistado número 3 manifestou que as caixas d’água fornecidas pelo SAAE foram motivo de conflitos na comunidade: “*Aí o SAAE montou pra gente aqui pra baixo do*

*Dirceu*⁸, ali na rua 12 umas caixa d'água, e com bastante torneira, só que o pessoal bagunçava, quebrava torneira, roubava, a gente foi indo modelando, modelando.” É possível que o termo “modelando” se refira ao grupo de moradores anteriormente citado pelo entrevistado, responsável pela mediação dos conflitos internos, que obrigavam os moradores a se mudarem para a “parte de baixo” do bairro.

Após as primeiras instalações da infraestrutura para distribuição de água encanada houve a solicitação do poder público para que esta fosse compartilhada com a população que não havia recebido o recurso. Conforme é possível constatar ainda na fala do entrevistado número 3: *O prefeito organizou que ocês pagam o relógio e a gente faz a ligação da água e se o outro vizinho não tiver água ocês cedem a água pro outro entendeu?* É possível ainda observar nesta fala a exigência pelo pagamento do relógio medidor, possivelmente nem todos os moradores puderam arcar com este custo, um dos fatos que podem ter contribuído para a segregação dentro do próprio bairro.

Neste momento foi iniciada uma nova estratégia para aquisição de água pelos moradores do Jardim Ipiranga. A entrevistada número 4 narrou o procedimento em que os vizinhos realizavam a própria ligação do encanamento a partir de sua residência usando o termo “soltar os canos” para se referir às ligações clandestinas: *“chegou um momento que daqui pra baixo eu fornecia todo mundo de luz e água soltou cano, a minha água era assim, porque eu cedia pra todo mundo”*. Informou ainda ter sido alertada sobre a ilegalidade desta ação:

Cada um que queria soltava seu encanamento, eu era o Deus sabe? A força era a mesma coisa, cada um que queria soltava o seu fio. Nossa menina do céu eu, a turma vinha em cima de mim: porque você não pode fazer isso. Como não posso? Eu vou deixar o povo sem luz? As criançada aí? Eu era muito humana sabe? (Entrevistada número 4)

Em sua fala é possível também identificar a relação de poder advinda da posse do recurso no momento em se compara a Deus por possuir a ligação de água e permitir a distribuição a partir de sua residência. Já a entrevistada número 5 descreveu ter vivenciado a experiência de outro ponto de vista, providenciou as ligações de água a partir da casa de um dos vizinhos, e ressaltou os percalços desta forma de acesso à água:

⁸ Dirceu é o nome de um estabelecimento comercial com importante relevância no Jardim Ipiranga, sendo utilizado como ponto de referência para localização na área.

Pegava emprestado da rua sete, a gente comprava uns conduíte e a gente pegava e levava até o relógio da pessoa da rua sete aqui, inclusive tinha um rapaz chamado Lori, ele tá morando na rua seis, e ele emprestou muito tempo água pra mim, ele ajudava eu com a água e cada vez que a máquina vinha cortava tudo os conduíte e a gente tinha que comprar tudo de novo, às vezes eu chegava do serviço lá pra umas cinco ou seis horas não tinha água porque a máquina passava, a gente não sabia que dia a máquina ia passar pra tampar os buracos, tampar a valetas. (Entrevistada número 5)

Por fim, mencionou o auxílio financeiro que fazia pela água utilizada e faz um resgate através das construções realizadas do período em que permaneceu utilizando a água dita “emprestada”, embora não tenha conseguido precisar o tempo contado através dos anos:

Tinha que ajudar né, porque afinal de contas era banho, era comida, era roupa que eu lavava né, lavava roupa, fazia tudo, ele que me ajudava, só não tinha quintal pra lavar porque eu ainda morava num barraco, aí depois que eu passei a morar na casa ainda assim eu ainda tava pegando, o primeiro cômodo que eu fiz ainda era, o primeiro cômodo que eu fiz ainda era, depois do segundo em diante já foi, já tava liberado, mas até então eu usava água emprestada. (Entrevistada número 5)

Em relação à alternativa empregada para a coleta e tratamento de esgoto os seis entrevistados relataram o emprego das fossas, porém, apenas dois disponibilizaram detalhes sobre sua construção e utilização, bem como as estratégias para higienização pessoal. Em sua fala, a entrevistada número 5 pontuou:

A gente abriu uma valeta no chão, aí colocava umas tábuas assim e colocava o vaso do banheiro, como se fosse normal, aí parafusava na tábua né e fazia o banheiro (...) aí fazia uma casinha pequena, que era quadradinha em cima que dava pra tomar banho e pra fazer as necessidades. (Entrevistada número 5)

O entrevistado número 3, além dos relatos, forneceu uma imagem onde demonstrou a estratégia utilizada para o banho: “Então aqui nessa época era um lodo só, o banheiro era fossa com tábua e o banho a gente tomava banho de tambor, que a gente tinha tambor na frente”.

Foto 2 - Casal de moradores do Jardim Ipiranga, do lado esquerdo da foto a imagem do tambor utilizado para o banho



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado

3.3.3 Participação nas lutas populares e implantação da infraestrutura de saneamento básico

O Jardim Ipiranga teve uma associação de moradores bastante atuante no final da década de 1980 e na década de 1990, período em que os movimentos populares tomaram corpo no Brasil e tiveram destaque nas conquistas de direitos, principalmente através da Constituição Federal de 1988.

O entrevistado número 1 se mudou para o bairro com o intuito de participar da associação, foi presidente por três mandatos e relatou a estrutura que possuía: *“Eu tinha uma secretaria completa, era eu o vice-presidente, um secretário o vice-secretário, tesoureiro, vice-tesoureiro e tinha os conselhos, seis, três ativos e três suplentes”*. Ainda segundo o entrevistado, a prefeitura cedeu o Centro de Integração Social (CIS), inaugurado no ano de 1990, para a realização das reuniões e estas tinham a participação de grande parte dos moradores.

O entrevistado número 3 expôs sua função dentro da associação de moradores e ao mesmo tempo refletiu sobre a importância da participação popular na construção do bairro: *“Aí entrei diretor de esporte pra cuidar do time (...) a gente construiu isso daqui, todo mundo fala né, aqui foi sacrifício mesmo, não foi assim de mão beijada, foi uma luta de brigas”*. É possível observar ainda na fala do entrevistado a labuta e o protagonismo da sociedade civil em torno da busca por um espaço seguro para a moradia.

Por outro lado, a associação de moradores teve uma relação de grande proximidade com as figuras da política sorocabana, conforme detalhou a entrevistada número 4:

Nós era praticamente casado com a prefeitura, a gente tinha um diálogo muito forte, Maria Amary⁹, Renato Amary¹⁰, Theodoro Mendes, Crespo¹¹, aquele que morreu: Paulo Mendes, esses são tudo a turma que comia aqui, que bebia café na minha casa, eles vinham na minha casa, então eu era politiqueria, aquela politiqueria nojenta, que era doente. (Entrevistada número 4)

A entrevistada informou que cumpria a função de diretora social dentro da associação de moradores e narrou o trabalho assistencial que exerceu em conjunto com o poder público: *“Eu forneci cesta básica, roupa, alimento assim de legumes através da Maria Amary, ela que me dava as cestas básica, vinha tudo da prefeitura, a gente que distribuía, a gente fazia tudo”*. Seguiu narrando que além dos recursos já citados também oferecia calçados e medicação aos moradores do bairro através do poder público.

O entrevistado número 3 também narrou o trabalho de distribuição de alimentos em forma de “sopão” oferecido pelos membros da associação em conjunto com a prefeitura:

Foi em 84, o prefeito cedeu pra nós uma Kombi nova da prefeitura, amarela, pra gente ir no CEASA buscar alimento pra gente ter seu pão. Aqui nessa rua de frente tinha um casarão que era o sopão, que era pra doar pras pessoas mais carentes. (Entrevistado número 3)

⁹ Maria Lúcia Amary (PMDB) foi casada com Renato Amary no período em que este foi prefeito do município de Sorocaba (1997 a 2004), foi eleita deputada estadual pela primeira vez no ano de 2002 e desde então permanece no mandato tendo sido eleita por cinco vezes consecutivas.

¹⁰ Renato Amary (PMDB) foi deputado estadual nos anos de 1995 e 1996, prefeito do município de Sorocaba por dois mandatos consecutivos de 1997 a 2004 e deputado federal por um mandato, de 2007 a 2010.

¹¹ José Antônio Caldini Crespo (PPR, PFL e DEM) foi deputado estadual por três mandatos consecutivos, de 1995 a 2006, foi vereador do município de Sorocaba por dois mais mandatos consecutivos, de 2009 a 2016 e no ano de 2017 foi eleito prefeito de Sorocaba em sua quarta disputa eleitoral, permanecendo no cargo até 2019, quando teve seu mandato cassado pela câmara dos vereadores.

É possível inferir através dos relatos que a relação da associação de moradores com figuras importantes da política sorocabana borrava os limites entre poder público, disputa política eleitoral e sociedade civil, conforme falas da entrevistada número 4: *“Eu tinha um grupo de menina que fazia dobragem e a gente pegava a perua ia com aquelas criança fazer dobragem nos comício”, “A gente fazia nossa, fazia aqueles comício embaixo da mangueira, a gente exigia que todo mundo fosse lá, entendeu? Quantos comício nós fizemos embaixo da mangueira”*. Tais falas emergem a presença da associação de moradores na disputa eleitoral através da participação nos comícios que eram também realizados dentro do bairro

Ressalta-se ainda que o local conhecido como *“mangueira”* se refere à área externa do então CIS, onde hoje é instalado o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que é importante ponto de referência para localização no bairro. As mangueiras ainda fornecem alimentos aos moradores e representam o pouco da vegetação que restou após a urbanização do local. Destaca-se que as reuniões da associação de moradores, os comícios e a política pública de assistência social ocuparam o mesmo espaço físico, o que acarretou em equívocos quando a população residente no bairro precisou distinguir as três diferentes instâncias.

Em relação às solicitações referentes à infraestrutura de saneamento básico, o entrevistado número 1 relatou que a justificativa do pedido se deu devido ao fato de as crianças moradoras do bairro conviverem perto de esgoto não tratado. *“Nós pedimos isso por causa de criança, porque era tudo criança aí, perto de fossa com aquele fedô perigoso criança cair perto de buraco, bicho, tinha tudo que é tipo de coisa”*.

O vínculo da associação de moradores com o poder público se deu inclusive para orientar as ações de reivindicação: *“O Dr. Renato (prefeito Renato Amary) falou olha ceis aluga um ônibus pra cinquenta pessoa, mas só que era dez da associação, daí a gente foi reclamar pra ele que a água quando vinha aqui tava faltando, entendeu?”* (Entrevistado número 3). É possível que neste caso o governante tenha realizado esta orientação para dar visibilidade ao problema de falta de água ou até à solução tomada em sua gestão, é possível inferir ainda que mesmo após a instalação da infraestrutura de saneamento básico, houve períodos de escassez de água.

O entrevistado número 3 explanou ainda seu ponto de vista sobre a participação da população nas reuniões da associação de moradores e refletiu sobre a importância de as reivindicações chegarem ao conhecimento de quem realmente poderia tomar as providências necessárias:

Todos, em 100 pessoas 99 ia porque todos queria saber do assunto que a gente ia na prefeitura, porque a associação se não vai na prefeitura debater uma coisa que é da gente, cê não consegue, se cê não falar com o prefeito ou o vereador, ele só acumula escrita e não bate nada lá dentro, então cê tem que bater com o mestre, o homem que tá sentado lá dentro. (Entrevistado número 3)

Segundo relato da entrevistada número 4, a associação de moradores reivindicou infraestrutura de saneamento básico de forma enfática e por fim vinculou mais uma vez as lutas populares às disputas políticas eleitorais: *“Quando veio a água a gente lutamo pelo esgoto também, a gente lutou tudo, porque era assim, a gente chegava e falava a gente quer (entonamento), e como a gente trabalhava na política com ele eles davam pra gente.”* É possível entender nesta fala que além de lutar pelo direito ao saneamento básico enquanto direito humano necessário à vida, a sociedade civil e o poder público vivenciaram em torno deste direito uma relação de barganha. Durante o processo de ocupação a população entendeu o jogo político e se utilizou desta troca para a conquista de seus direitos.

O entrevistado número 2 era criança quando as lutas populares eram mais efervescentes, em sua visão: *“Eles davam atenção pra população aqui por quê? Porque na realidade nessa época aí os nossos moradores, colega, população eles eram meio louco. Louco assim em que sentido? Não brigar tal, mas lutar pelos seus ideais entendeu?”*. Discorreu ainda sobre um episódio em que o então presidente da associação de moradores tomou a iniciativa de levá-los para lavar as roupas no Paço Municipal devido à falta de água do bairro:

Ah! eu vou trazer eles pra lavar roupas aqui no tanque do Paço, e ele pegou um ônibus e encheu a população cada um com a sua roupa e foram lavar lá no tanque no paço. Por causa que tava demorando pra dar uma atenção pro bairro, esse bairro aqui sempre lutou, nunca também ficou só esperando da prefeitura, sempre foi atrás. (Entrevistado número 2)

Em seguida colocou seu ponto de vista sobre as ações da associação, mesclando as lutas populares e as políticas públicas de assistência social e de educação ao lazer e ao entretenimento, demonstrando a importância de as políticas públicas também se atentarem a esta necessidade da população:

Até ônibus era alugado, chegou ir até de caminhão, eu era criança, minha mãe (está se referindo a avó) não deixava, mas eu vi muitos amigos ir. É que na realidade naquele tempo era muito bom, quando tinha uma festinha a comunidade ia, quando tinha uma palestra a comunidade ia, então quando

tinha esses entretenimentos assim a comunidade ia, por quê? Porque era melhoria, tanto pra nós que era criança, nossos pais, nossos pais procuravam o que era melhor pra nós também, um parque de diversão, alguma coisa, uma escola, então a comunidade corria atrás mesmo. (Entrevistado número 2)

Tanto o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) quanto os entrevistados foram questionados sobre as datas da efetiva implantação da infraestrutura de saneamento básico. Porém, não foi possível apreender com exatidão esta informação, através da pesquisa foi possível apreender uma quantidade aproximada de tempo que contada em anos se deu em pouco mais de dez.

Através da pesquisa foi possível entender que o processo de implantação do saneamento básico se deu em duas fases: a primeira compreendeu as ruas 1, 2, 5, 6 e 7 e parte das ruas 3, 4, a segunda atingiu o restante do bairro, ou seja, as ruas 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15, além do restante das ruas 3 e 4. A nomenclatura de ruas através de números se deu na medida em que o bairro foi se urbanizando, por esta razão foi utilizada esta forma de nomenclatura neste momento da pesquisa, os nomes das ruas correspondentes a cada número estão em tabela anexa a este trabalho.

A imagem de satélite (Imagem 8) mostra com maior precisão as áreas apontadas no parágrafo anterior:

Imagem 8 - Delimitação do Bairro Jardim Ipiranga e delimitação interna da área onde foi implantada a primeira fase da infraestrutura de saneamento básico



Fonte: Banco de dados do Google Earth (Software)
Delimitação da área estudada: autoria própria

Conforme relatado pelos entrevistados, para a implantação da primeira fase, além das reivindicações e negociações com o poder público, foi necessário o trabalho braçal de perfuração das ruas a fim de abrir espaço para as tubulações. O entrevistado número 1 explicou a diferença entre as duas etapas de implantação apontando para lados opostos: “*Lá foi mais fácil porque lá foi máquina pra fazer, mas dessa rua pra cima, da rua sete pra cima foi tudo na mão*”.

Em seguida justificou a falta do protagonismo do poder público neste sentido:

É que foi o seguinte a prefeitura não tinha maquinário naquela época pra mandar fazer, na época não tinha, a maioria era no enxadão mesmo, aí a turma que fizeram tudo na mão, tudo os moradores que fizeram, aí veio o SAAE, mas os moradores que fez a água, rede de esgoto, tudo os moradores que fez as valetas, depois veio a prefeitura e fez o trabalho. (Entrevistado número 1)

Na sua percepção de tempo a entrevistada número 4 passou apenas um pequeno período sem as tubulações de distribuição de água e coleta de esgoto. Segundo o seu entendimento, o trabalho braçal foi realizado para auxiliar o poder público: “*Cada um dos seus que abriram os buraco pra ajudar eles entendeu?*”. Nesta fala a entrevistada utilizou a palavra “*eles*” para se referir ao SAAE.

O entrevistado número 3 lembrou que o trabalho braçal realizado pelos moradores teve a anuência do poder público e apontou para a deficiência que o bairro ainda carrega, pois não há galerias que permitam o escoamento das águas pluviais:

Tava precisando de esgoto, que tinha fossa e a fossa baixinha tinha mal cheiro né, então todos banheiros de tábuas. A gente pegou e fomos na prefeitura pedimos pro Panunzio¹² pra gente abri na munheca porque não tinha máquina, abrimo a rua aqui, pode ver que não tem galeria. (Entrevistado número 3)

O entrevistado permitiu ainda a utilização de seus registros fotográficos que ilustram a abertura das ruas para posterior passagem da tubulação (fotos 3 e 4).

Foto 3 - Registro fotográfico da abertura das ruas para implantação da tubulação



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado

¹² Antônio Carlos Pannunzio (PTB e PSDB) foi prefeito do município de Sorocaba do ano de 1989 a 1992, deputado federal por quatro mandatos consecutivos, permanecendo no cargo de 1995 a 2010 e voltou a assumir a prefeitura de Sorocaba entre os anos de 2013 a 2016.

Foto 4 - Registro fotográfico da abertura das ruas para implantação da tubulação



Fonte: Foto cedida pelo entrevistado

A materialização da primeira etapa da implantação da infraestrutura de saneamento básico no Jardim Ipiranga evidencia o quanto o poder público delegou aos moradores uma tarefa que é dele. Este fato emerge também na fala d o entrevistado número 2, que embora não tenha participado ativamente desta passagem da história, explanou com clareza e consciência de que a participação popular buscou o que lhe era de direito:

Eu penso assim que esses negócios a prefeitura tá ali pra suprir a necessidade da população, tipo cê vai correr atrás do esgoto tem que correr e tem que conseguir, isso daí é como se fosse um mandamento já na vida do ser humano que é obrigação neh, a água, a luz essas coisas, mas no tempo que a gente tá falando era tudo difícil, não tinha as condições também (...) não tinha caminhão que vinha aqui pra abrir a rua então não tinha caminhão vamo no braço, ah, vamo viver como que a gente dá entendeu? E a gente mais pra frente vai correndo atrás vai se aperfeiçoando, vai correndo atrás duma água, ah leva a água ali põe um cano aqui, então nessa época aí foi muita batalha, muita luta, foi. (Entrevistado número 3)

As entrevistadas que vivenciaram em suas residências a segunda etapa da implantação da infraestrutura de saneamento básico foram as de número 5 e 6. Ambas não tiveram participação ativa na associação de moradores. A entrevistada número 5 se lembrou de ter realizado as reivindicações em formato de abaixo assinado: “*Nós fizemos abaixo assinado*

várias vezes, pra ajudar, pra ver quem queria, quem não queria, tinha gente que rejeitava, tinha gente que queria. Tinha gente que falava que nunca ia acontecer nada.”

Conforme relato da entrevistada, a descrença na instalação da infraestrutura de saneamento básico se dava devido à não regulamentação legal dos terrenos:

Lá pra cima foi abertura pelo pessoal que ganhou as datas né, dizem datas né. Agora aqui pra baixo como foi... foi... como é que é mesmo? Invadido. Eles não queriam fazer nada, pelo bairro, aqui pra essa parte de baixo, da rua sete pra baixo, da rua quatro pra lá, foi tudo invadido, dali da esquina da rua quatro, onde era a farmácia, da livraria. Sabe onde é a livraria? Então, da livraria pra lá foi tudo invadido até lá embaixo, até chegar no Abatiá, e aqui nesta parte foi invadido daqui até a Rua 10. Rua 11 tb foi td invadido. ((Entrevistada número 5)

É possível compreender nesta fala o olhar diferenciado para onde o terreno foi “*ganhado*” e onde foi “*invadido*”, sendo que o processo de ocupação foi o mesmo, porém, quando dirigido pelo poder público, não foi considerado invasão. Contou ainda sobre a instabilidade de residir em local não regularizado, sob a iminência de passar por um processo de remoção: “*A ideia da prefeitura, do pessoal da prefeitura, era tirar daqui pra levar pra outro lugar*”.

Já a entrevistada número 6 informou não se lembrar de os pais terem participado de reivindicações pelo saneamento básico, lembra-se apenas da participação da mãe em reuniões e mobilizações pela legalização da documentação do imóvel. Porém relatou se lembrar do dia em que o SAAE realizou a instalação das tubulações: “*No dia lembro, eles vieram instalando por etapa né, de casa em casa, daí no dia que eles instalaram eu vi, eles instalaram lá para o lado de fora né aí para o lado de dentro daí a gente que coisou os cano tudo.*”

Hoje a mãe da entrevistada é falecida, mas o documento de posse de imóvel ainda se encontra em seu nome. Dos entrevistados, esta é a que reside mais próximo à mina e relatou que os filhos gostam de brincar no local, no calor ela é utilizada como forma de lazer. Porém, expressou o medo de seus filhos sofrerem alguma forma de acidente no local, em suas palavras:

Eu vivo gritando: não fique na mina! Não fique na mina! Porque lá acharam ovos de cobra, e a cobra deve tá por ali. Eles ficam brincando ali, só que lá embaixo tá sem condição, só que a mina o Rogério¹³ ali ele conservou ela assim (...) então não tá direto na terra, tá num cano (...) a turma fala que não pode ficar bebendo né, mas ela é limpinha, a criançada tem hora que se

¹³ Segundo a entrevistada Rogério é um morador local.

molha lá embaixo, esse aqui não vai porque eu não deixo, eu tenho medo.
(Entrevistada número 6)

Com o auxílio da entrevistada e dos filhos foi possível observar o que esta havia acabado de relatar, as crianças e adolescentes brincando com a água da mina em um dia de calor. Foi realizado um registro fotográfico deste momento, ressalta-se que a fotografia foi ligeiramente embaçada para preservar as identidades das crianças e adolescentes.

Foto 5 - Registro das crianças e adolescentes brincando com a água da mina



Fonte: autoria própria

Ressalta-se que a para preservação da mina esta se encontra em uma Área de Preservação Permanente, ao lado da Praça Etelvina Vieira de Miranda, conhecida também como Praça do Abatiá. Conforme exposto na caracterização do bairro (página 46) esta praça foi inaugurada no ano de 2018 e não conta com opções de lazer para crianças, como brinquedos ou banco de areia, há apenas a academia ao ar livre voltada para adultos, o que remete à falta de opções de lazer para crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre o saneamento básico com todas as suas interfaces no contexto do direito à cidade e a (difícil) construção do conhecimento através de intersectorialidade se fez uma tarefa desafiadora. O contato com a realidade no cotidiano profissional em um bairro construído através de um processo de ocupação, por si só, não permitiu seu desvelamento, foi necessário abstraí-la por meio de um método científico para então torná-la concreta.

Assim, a presente pesquisa possibilitou a sistematização do estudo de caso sobre a implantação da infraestrutura de saneamento básico, com foco na distribuição de água potável e coleta e tratamento de esgoto, em uma área urbana de ocupação, o Jardim Ipiranga localizado no município de Sorocaba.

Constatou-se por meio da fundamentação teórica que, após a revolução industrial, o sistema de produção capitalista construiu uma urbanização pautada na transformação do espaço em mercadoria, assumindo todos os conflitos inerentes à mercadorização, dentre eles o conflito entre o valor de uso e o valor de troca:

A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (LEFEBVRE, 2001, p. 14).

Neste contexto foi possível reconhecer que o saneamento básico, com toda a infraestrutura necessária para sua implantação e as taxas cobradas posteriormente pela manutenção dos serviços também são somadas à lógica capitalista. As tentativas de universalização do saneamento básico nunca foram de fato concretizadas no Brasil, que historicamente passou por avanços e retrocessos oscilando entre o direito do cidadão e mercadoria.

Os relatos dos moradores mostraram a construção do bairro através da luta diária, trabalho braçal de desmatamento, de autoconstrução e de abertura das ruas para a instalação das tubulações para o saneamento básico, além da violência gerada por este processo. Os relatos evidenciaram ainda a participação do poder público de forma não institucionalizada e até velada no processo de ocupação, de transformação da terra e do espaço em mercadoria.

Sob a aparente falta de planejamento urbano existe uma realidade de planejamento para a superação das crises capitalistas através do escoamento da produção excedente com vistas à contínua expansão do capital. Assim, itens fundamentais à reprodução da vida no espaço urbano são acessados em diferentes níveis, conforme poder aquisitivo individual, em casos extremos chegando à total privação.

Para Carlos (2017, p.34) esta realidade é concretizada através da divisão da sociedade em classes sociais:

Portanto, em seu movimento de produção-reprodução, o espaço urbano exhibe um conflito agudo e violento entre o valor de troca (e, nessa situação, fonte de realização de lucro) e o valor de uso (a vida urbana realizando-se através dos usos dos espaços tempos que são, em essência, improdutivos do ponto de vista do capital). Por sua vez, nesse movimento, o capitalismo realiza um de seus fundamentos: a concentração da propriedade privada da riqueza (sob várias formas) assentada na divisão da sociedade em classes sociais.

A luta pelo direito à cidade, como parte da complexa e contraditória relação entre as classes, permite o acesso a bens e serviços que de outra forma são negados à população privada de condições financeiras de arcar com este custo de maneira individual, e no mesmo movimento contribui para a reprodução de todo um sistema. Nesta pesquisa foi possível constatar que apesar de os movimentos sociais por vezes terem ficado subsumidos à disputa eleitoral, este apresentou um papel extremamente relevante na vida dos moradores.

Conclui-se com esta pesquisa que o direito ao saneamento básico, item fundamental à reprodução da vida humana no contexto urbano é uma realidade ainda a ser construída. À população resta o desafio de romper com o estigma da barganha na disputa política, da benevolência e transformar a infraestrutura necessária à vida na cidade em direito de todo o cidadão, nas palavras de um dos entrevistados, “*é como se fosse um mandamento já na vida do ser humano*” (Entrevistado 2), remetendo ao sagrado para a explanação de um direito.

Munido de metodologia científica, este estudo possibilitou a aproximação da realidade do processo de implantação da infraestrutura de saneamento básico no Jardim Ipiranga, no contexto dos conflitos em torno do direito à cidade. Porém, conforme Minayo (2020), a realidade individual e coletiva têm mais significados e são mais ricas do que qualquer teoria, qualquer pensamento, qualquer pesquisa que possamos elaborar sobre ela.

É possível assim que haja elementos nesta realidade histórica que não foram captados por esta pesquisa. Considerando ainda que: “O ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas” (MINAYO, 2020, p.26), novos

questionamentos foram levantados sobre os processos de ocupação e implantação de infraestrutura urbana no município de Sorocaba nas décadas de 1970 e 1980, ampliando o olhar, novas indagações surgiram a respeito do processo de urbanização no território brasileiro e até mesmo fora dele.

No município de Sorocaba há diversas áreas atualmente regulamentadas através de legislação municipal como Zonas de Interesse Social, regularizadas através do processo de regularização fundiária, a exemplo da própria região do bairro João Romão, citada por dois dos entrevistados (número 1 e 5). Tais bairros podem ser objetos de futuras pesquisas sobre a ocupação e a implantação da infraestrutura urbana, em especial a de saneamento básico, bem como sobre a participação não institucionalizada do poder público, de forma a aparentar uma urbanização não planejada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico, altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em 23 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm. Acesso em 23 fev. 2020.

BUGANZA, Cintia Peres. Estudo da situação pré-metropolitana de Sorocaba: características e perspectivas. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARLOS, A. F. A. A privação do urbano e o “Direito à cidade” em Henry Lefebvre. In. CARLOS, A. F. A., ALVES, G., PADUA, R. F. (Orgs). Justiça Social e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017.

CELLI, Andressa. Evolução Urbana de Sorocaba. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2012.

GIL, A.C. Métodos e técnicas da pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos social: A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In. MINAYO M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

HARVEY, D. O direito à cidade. Lutas Sociais, nº29, São Paulo: jul./dez. 2012.

HOCHMAN, G. A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil. São Paulo: Hicutech, 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Perfil dos Municípios Brasileiros. Saneamento Básico. Aspectos gerais da gestão da política de saneamento básico 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

INSTITUTO Trata Brasil. Principais Estatísticas do Brasil – água. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/agua>. Acesso em: 23 fev. 2020a.

INSTITUTO Trata Brasil. Principais Estatísticas do Brasil – esgoto. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/saneamento/principais-estatisticas/no-brasil/esgoto>. Acesso em: 23 fev. 2020b.

JACOBI, P. Movimentos sociais e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1993.

LEVEBRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARQUES, L. Capitalismo e Colapso Ambiental. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

MINAYO, M.C.S. O desafio da pesquisa social. In. MINAYO M.C.S. (Org.). Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2020.

MORAES, André. Plano Beneficiará 420 famílias do Jardim Ipiranga. Jornal Cruzeiro do Sul, Sorocaba, 26 no. 2011. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/346436/plano-beneficiara-420-familias-do-jardim-ipuranga>. Acesso em 31 jul. 2020.

MURTHA, N. A., CASTRO, J. E., HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. Ambiente & Sociedade, vol. 18, São Paulo: jul./set. 2015.

ODUM, E. P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

PHILIPPI JR, A., MALHEIROS, T. F. Saneamento e Saúde Pública: Integrando Homem e Ambiente. In. JÚNIOR, A. F. Saneamento, Saúde e Ambiente: Fundamentos para um Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Manole, 2005.

RIBEIRO, W. C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. Estudos avançados, vol. 31, n°89, São Paulo: jan./abr. 2017.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

SANTOS, A. Função Social da Propriedade Urbana – Regularização Fundiária. Sorocaba: Create, 2009.

SOROCABA, Prefeitura Municipal. História de Sorocaba. 2020. Disponível em: <http://turismo.sorocaba.sp.gov.br/visite/dados-gerais/>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SOROCABA, Prefeitura Municipal. Secretaria do Meio Ambiente. Plano Diretor Ambiental. 2011. v.1.

SOROCABA, Prefeitura Municipal. Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Adequação e Revisão do Plano Diretor do Sistema de Abastecimento de Água de Sorocaba. 2016a.

SOROCABA, Prefeitura Municipal. Serviço Autônomo de Água e Esgoto. Adequação e Revisão do Plano Diretor do Sistema de Esgotamento Sanitário de Sorocaba. 2016b.

SÃO PAULO (Estado). Fundação SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas. 2020. Disponível em: <https://perfil.seade.gov.br/?>. Acesso em: 04 jul. 2020.

SÃO PAULO. Comitê de Bacia Hidrográfica – Sorocaba Médio Tietê. Relatório de situação 2018, ano base 2017. 2018.

TEIXEIRA, E. C.. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

ANEXOS

Roteiro para entrevista

Como foi seu processo de mudança para o bairro? (onde morava antes/motivos que levaram a escolher o assentamento para moradia)

No início da ocupação quais as estratégias utilizadas para garantir **a água** na residência?

No início da ocupação quais as estratégias utilizadas para garantir **o escoamento do esgoto** na residência?

Quando começaram as instalações que possibilitaram o acesso **a água encanada** no bairro?

Quando começaram as instalações que possibilitaram **a coleta de esgoto** no bairro?

Os moradores se reuniam para traçar estratégias de mobilização? (Se organizar para lutar pelo saneamento no bairro)

Onde eram realizadas estas reuniões? Havia lideranças locais?

Havia bastante participação dos moradores do bairro?

Os moradores se preocupavam com a poluição ambiental causada pelo esgoto? E com as doenças de veiculação hídrica?

Havia discussões sobre as obrigações do poder público em relação ao saneamento básico?

Hoje tem falta de água encanada? Tem algum ponto de coleta de água? (bica/mina)

Hoje tem falta de coleta de esgoto? Tem retorno de esgoto em períodos de chuvas?

Tem algum rio que vocês utilizam? Como (banho/lazer)? Tem poluição neste rio?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Este é um convite para você participar da pesquisa “IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS URBANAS DE OCUPAÇÃO”, que é desenvolvida pela mestranda aluna do Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental – UFSCAR Sorocaba, Priscila Gomes Pereira de Albuquerque, sob a orientação do Prof. Dr. André Cordeiro Alves dos Santos e segue as recomendações da Resolução 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de implantação da Política de Saneamento Básico, com foco no abastecimento de água e coleta de esgoto, em bairros de vulnerabilidade social que foram ocupados sem o prévio planejamento urbano. Sua participação contribuirá para a compreensão das questões que abrangem a ausência ou insuficiência dos serviços de Saneamento Básico em áreas com população em vulnerabilidade social e assim colaborar para a discussão desta problemática, sobretudo quanto à degradação ambiental, questão que se apresenta como grande desafio aos gestores, em especial nos centros urbanos.

Sua participação é voluntária, o que significa que você pode desistir a qualquer momento, mesmo durante a entrevista, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Sua identidade será mantida sob sigilo absoluto, sendo que o que disser não resultará em qualquer dano à sua integridade.

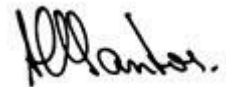
Os riscos envolvidos em sua participação são eventuais constrangimentos, desconforto ou cansaço durante a entrevista, que serão minimizadas através das seguintes providências: realização das entrevistas em local seguro de modo a garantir a privacidade do participante; confidencialidade dos dados; cautela na elaboração do roteiro e na forma como as perguntas serão feitas durante a entrevista. Em qualquer momento, se houver dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, o entrevistado terá direito à indenização.

Caso haja custos para deslocamento, alimentação e outros (ainda que não previstos inicialmente), ou necessidade de indenização por dano causado ao participante durante a aplicação da pesquisa, estes serão garantidos pela pesquisadora por meio de ressarcimento e indenização.

Este Termo de Consentimento será emitido em duas vias, sendo que uma via ficará em poder do pesquisador e a outra será entregue ao entrevistado, devidamente assinada pela pesquisadora e pelo orientador. Toda dúvida que o entrevistado vier a ter a respeito desta pesquisa poderá perguntar diretamente à pesquisadora.



Pesquisadora: Priscila Gomes Pereira de Albuquerque



Orientador: André Cordeiro Alves dos Santos

Consentimento Livre Esclarecido

Eu, _____ declaro que compreendi os objetivos da pesquisa “IMPLANTAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO EM ÁREAS URBANAS DE OCUPAÇÃO”, os benefícios e riscos envolvidos e concordo em participar voluntariamente desta.

Assinatura: _____

Sorocaba, ___/___/____

Ruas do Jardim Ipiranga

Número	Nome das Ruas
Rua 1	Rua Neuza Prudente Pereira
Rua 2	Rua Odete Nanci Girardi
Rua 3	Rua Prof. Joaquim Monteiro de Carvalho
Rua 4	Rua Santo Micheletti
Rua 5	Rua dos Itaporanguenses
Rua 6	Rua Sérgio Ferreira de Almeida
Rua 7	Rua Joaquim Ferreira de Lima
Rua 8	Rua Waldomiro Vicente da Silva
Rua 9	Rua Pedro Raimundo de Freitas
Rua 10	Rua Manoel Simões Novo
Rua 11	Rua Perfeito Asseituno
Rua 12	Rua José Prado Gutierrez
Rua 13	Rua Dom Amaury Castanho
Rua 14	Rua Pedro de Godoy
Rua 15	Rua Estado de Israel